



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Formulação de Políticas Públicas para a Igualdade e Equidade de Género em Cabo Verde e as Orientações da NEPAD

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em
Política Social

Mestranda: Elisângela Manuela Ramos Semedo

Orientadora: Prof. Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli

Lisboa

2017

VALORIZAMOS PESSOAS

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Dissertação de Mestrado em Política Social

**A Formulação de Políticas Públicas para a Igualdade e
Equidade de Género em Cabo Verde e as Orientações da
NEPAD**

Dissertação apresentada ao júri do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para obtenção do Título do Grau de *Mestre* em Política Social, sob a orientação da Professora Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Doutora Sónia Frias expresso o meu maior agradecimento por me ter dito que SIM, num momento conturbado. Pela sua disponibilidade, atenção e preciosas observações para a melhor organização e conteúdo deste trabalho.

Este é o resultado de um trabalho que tem para mim um significado especial e que me coloca no dever de fazer uma homenagem à Vida, à Educação, à Amizade e ao Amor.

Consequentemente aos meus amigos e familiares, pela força e pelo encorajamento.

A todos os que ajudaram na materialização deste trabalho, bem-haja!

DEDICATÓRIA

*A memória da minha mãe,
luz sempre presente iluminando o caminho.*

LISTA DE SIGLAS

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CIGEF - Centro de Investigação de Género e Família

ICIEG - Instituto Cabo Verdiano para a Igualdade e Equidade do Género

INE-CV - Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

IDISA - Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina

ICF - Instituto da Condição Feminina

II PNIEG - II Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

NU - Nações Unidas

OMCV - Organização das Mulheres Cabo-verdianas

OMC - Organização Mundial do Comércio

ODM - Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento

ONG - Organização Não Governamentais

PNIEG - Plano Nacional Igualdade e Equidade de Género

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMA - Países Menos Avançado

PRM - Países de Rendimento Médio

UA - União Africana; **UNFPA** - Fundo de Populações das Nações Unidas

UNDAF - Quadro das Nações Unidas Assistência ao Desenvolvimento em Cabo Verde

ÍNDICE GERAL

LISTA DE SIGLAS.....	V
ÍNDICE DE ANEXOS	VII
ÍNDICE DE APÊNDICES	VII
INTRODUÇÃO	10

PARTE 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

CAPÍTULO 1 - 1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO	17
1.2 DAS ABORDAGENS TEÓRICAS À EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS.....	21
1.3 OPORTUNIDADES E DIREITOS DE HOMENS E MULHERES: UM OLHAR SOBRE ESPECIFICIDADES DOS CONTEXTOS SUBSARIANOS.....	27

CAPÍTULO 2 - A NEPAD E AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....

29

2.1. NEPAD E AS NOVAS PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA.....	29
2.2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DA NEPAD.....	31
2.3. AS PRIORIDADES SOCIAIS, ECONÓMICAS E POLÍTICAS DA NEPAD.....	35

PARTE 2 - CABO VERDE E O SEU QUADRO ESTRATÉGICO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

48

CAPÍTULO 1 -

48

2.1. POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS EM CABO VERDE	48
2.2. IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO: A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE	50
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM CABO VERDE: DESAFIOS FACE À PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO.....	52
2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENGAJAMENTO POLÍTICO A FAVOR DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO EM CABO-VERDE: POLÍTICAS, PLANOS E RELATÓRIOS	57

2.4.1. A ABORDAGEM DE GÉNERO NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PRODUZIDO EM CABO VERDE.....	60
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I - Plano Nacional Para a Igualdade e Equidade de Género (2005- 2009) de Cabo Verde	
Anexo II - Documento da NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa	

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice I - Quadro de Medidas propostas pela NEPAD para a concretização dos objectivos gerais.....	33
Apêndice II - Grelha com as grandes prioridades da NEPAD.....	36
Apêndice III - Quadro com a grelha das prioridades sectoriais definidas pela NEPAD.....	38
Apêndice IV - Quadro configurativo da abordagem de género na legislação e documentos produzido em Cabo Verde.....	59
Apêndice V - Quadro da análise <i>Swot</i> do programa NEPAD (2001)	62
Apêndice VI - Quadro análise <i>Swot</i> Plano Nacional Igualdade e Equidade de género (2002-2005)	64

RESUMO

A promoção da igualdade e da equidade de género tem sido reconhecida como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento de sociedades mais justas e simultaneamente mais democráticas. Além do mais é um objetivo acordado internacionalmente como pré-condição para que qualquer país ou região possa alcançar o desenvolvimento sustentável.

Sendo esse um tema que consideramos de fundamental importância e um tema que nos interessa quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista científico, acabámos por escolher trata-lo no âmbito na nossa dissertação de mestrado.

Assim, e após alguma reflexão prévia, optámos por tomar para argumento desta dissertação o II Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG) implementado em Cabo Verde (2005-2009).

A nossa ambição é a de procurar compreender a medida da articulação deste Plano, com as recomendações da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) enquanto instrumento de Política Pública de âmbito regional, no que concerne à integração das questões de género.

É missão da NEPAD coordenar e implementar programas e projetos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região africana. Desta forma importa, consideramos, estudar o modo como as orientações da NEPAD acabam por ser na prática integradas e adequadas pelos vários países do continente africano que as adotam, nomeadamente por Cabo Verde.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade e Equidade de Género; Políticas Públicas, Políticas Sociais; Desenvolvimento; Cabo-Verde, NEPAD.

ABSTRAT

The promotion of gender equality and equity has been recognized as one of the fundamental axes for the development of more just and at the same time more democratic societies. Moreover, it is an internationally agreed goal as a precondition for any country or region to achieve sustainable development.

This is a topic that we consider to be of fundamental importance and a topic that interests us both from a social and scientific point of view, and we have chosen to deal with it in our Master's thesis.

Thus, and after some previous reflection, we chose to take as an argument for this dissertation the II National Plan for Gender Equality and Equity (PNIEG, 2005-2009) implemented in Cape Verde.

Our ambition is to seek to understand the extent of the articulation of this Plan, with the recommendations of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD) as a regional public policy instrument on the integration of gender issues.

It is NEPAD's mission to coordinate and implement programs and projects in priority areas for the development of the African region. In this way it is important to consider how the NEPAD guidelines end up being in practice integrated and adapted by the various countries of the African continent that adopt them, namely Cape Verde.

KEYWORDS: Gender Equity and Equity; Public Policies, Social Policies; Development; Cape Verde, NEPAD.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos Cabo Verde tem vindo a produzir um conjunto de documentos de alguma relevância enquadrados no domínio das políticas públicas para a promoção da igualdade e equidade de género, estando atualmente em vigor o III Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG 2015-2018). Os Planos Nacionais para a promoção da Igualdade e Equidade de Género, bem como outras medidas afirmativas em relação às mulheres, especialmente no que concerne aos fatores relativos à discriminação da mulher na família e na sociedade, têm em conta um conjunto alargado de compromissos que o país tem vindo a assumir ao longo das últimas décadas.

Tendo por base as pesquisas efetuadas acerca do engajamento político para a promoção da igualdade e da equidade de género em Cabo-Verde a partir das informações disponibilizadas no conjunto dos documentos produzidos pelo o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), o organismo estatal responsável pela coordenação e implementação de políticas específicas direcionadas à promoção da igualdade e da equidade de género no país, foi possível constatar que Cabo Verde tem assinado diversos acordos e pactos regionais e internacionais com o compromisso de implementar políticas, nomeadamente políticas direcionadas à promoção da igualdade e da equidade de género, como por exemplo a Declaração e Plataforma de Ação de *Beijing* e *Beijing* +5. O país ratificou também a CEDAW (Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres), em 1980, tendo submetido um primeiro relatório ao comité CEDAW no ano de 2006.

Segundo o ICIEG, para o cumprimento desses objectivos de não discriminação, há ainda um longo caminho a percorrer particularmente no que se refere à situação social, económica e política das mulheres. Note-se que, em Cabo Verde, apesar de se poderem reconhecer grandes esforços nesta ambição e de se terem já alcançado alguns ganhos, o facto é que é ainda necessário muito trabalho pois que a situação das mulheres continua muito próxima à da maioria dos países africanos (ICIEG, 2015).

Respondendo aos compromissos assumidos no âmbito das dinâmicas da Sub-Região e do continente com destaque para União Africana (UA) Cabo Verde ratificou também o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África no ano de 2005, assinou a Declaração Solene sobre a Igualdade de Género de Maputo da União Africana, assim como as recomendações da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), recomendações relativas à integração das questões de género nas estratégias nacionais de redução da pobreza. Na verdade, para este trabalho entendemos trabalhar essencialmente a questão da articulação das políticas públicas produzidas por Cabo Verde nesta matéria, com as determinações da NEPAD, no final de contas o Organismo de base regional cuja missão é a de coordenar e implementar programas e projetos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região africana.

Antes de avançarmos e por motivos que se prendem com um melhor entendimento sobre a situação de Cabo Verde no tocante ao desenvolvimento de políticas no âmbito das questões de género, convém recordar aqui que Cabo Verde evoluiu da categoria de País menos avançado (PMA), para país de rendimento médio (PRM), e que acedeu a (OMC) Organização Mundial do Comércio em 2008, tem-se colocado como uma nação aberta ao mundo, procurando o desenvolvimento dos seus recursos humanos e no reforço das infraestruturas físicas e tecnológicas.

Com base nos dados apresentados pelo INE-CV¹ em 2007, a pobreza existente em Cabo Verde é caracterizada como sendo de natureza fundamentalmente estrutural, agravada por fenómenos conjunturais como as secas, a estagnação e/ou a recessão económica, entre outros aspetos. A condição perante o trabalho constitui igualmente um dos fatores importantes na configuração da pobreza, (INE-CV, 2007).

¹ Informações recolhidas a partir de dados do (QUIBB) – Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar, realizado em 2007 pelo INE-CV, com o objetivo de produzir indicadores para a formulação de políticas, avaliação e seguimento dos programas implementados no âmbito da estratégia de crescimento e redução da pobreza.

Embora a evolução económica se tenha apresentado favorável, importa salientar que se registou no decurso dos últimos anos uma crescente instabilidade, com destaque para o aumento do desemprego. O desemprego histórico e estruturalmente elevado, aliado às dificuldades intrínsecas à produção do sector primário definem e conformam a situação da pobreza.

Estudos efetuados sobre esta matéria em território nacional, demonstram que as unidades familiares chefiadas respetivamente por desempregados e inativos apresentavam os mais elevados números seja de pobres, seja de muito pobres, ligando claramente o fenómeno da pobreza quer à falta de instrução/escolarização, e sublinhando a questão da desigualdade nas relações género e ainda ao desemprego como um fator a ter em conta.²

Apesar dos avanços significativos registados no país relativamente a situação das mulheres em domínios vários, o próprio Governo reconhece que subsistem constrangimentos a vários níveis, nomeadamente no que diz respeito à plena participação da mulher na vida económica, política e social do país e que por sua vez resulta em desigualdade de oportunidades e discriminação em relação à mulher. Além disso, o Centro de Investigação do Género e Família em Cabo Verde (CIGEF/Uni-CV,2011) releva que apesar das conquistas efetuadas pela sociedade civil a discriminação das mulheres em esferas importantes da vida continua a ser uma dura realidade.

As questões ligadas ao género e o desenvolvimento estão plasmados no Programa do Governo, enfatizando-se assim a abordagem de género como um dos quatro pilares coadjuvantes para o crescimento económico e a redução da pobreza³. Na verdade, a pobreza aparece na maior parte da literatura sobre como um cenário que remete sempre para a desigualdade de género, enquanto prenúncio das relações desiguais de poder e mecanismo de subordinação das mulheres.

² Evolução da pobreza em Cabo Verde, apresentado no Relatório da Conferência Rio + 20. Cabo-Verde no contexto de Desenvolvimento sustentável

³ No Programa do Governo de Cabo Verde para a VIII Legislatura (2011-2016) a questão do género, aparece referenciada como uma questão transversal (pág.27), e especifica-se que as mesmas serão tomadas muito seriamente.

O interesse em estudar esta temática, surgiu a partir de pesquisas realizadas durante o primeiro ano curricular do curso e que tiveram o propósito de efetuar um levantamento de questões ou temáticas que pudessem revelar-se pertinentes para a elaboração do projeto de investigação.

Das leituras exploratórias efetuadas, tornou-se perceptível que a questão da igualdade e da equidade do género é um tema atual tanto ao nível internacional como para o meu país. Paulatinamente foi aumentando o interesse em trabalhar esta temática. A literatura disponível *online*, concorreu também para um alargamento de conhecimentos sobre a matéria, sendo que a exploração dessa e de outra literatura contribuiu para que tomássemos consciência de que as questões do género e do desenvolvimento territorial têm sido alvo de discussões em várias frentes.

A motivação prende-se ainda com o interesse em conhecer mais sobre a integração das medidas de políticas públicas no contexto regional da União Africana, com destaque para a Sub-Regional na África Ocidental, espaço regional onde Cabo Verde se insere.

O presente estudo prende-se assim, com a introdução da dimensão género na definição, implementação e avaliação das políticas públicas em Cabo Verde, dado que o assunto tem vindo a ganhar relevância quer no seio da comunidade académica, quer no seio da sociedade civil. Pretendemos desta forma, dar um contributo ainda que tímido para o estudo destas áreas que também nós consideramos pertinente e atual.

Feita esta apresentação considera-se que o objetivo geral deste estudo é o de examinar se o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), nomeadamente o plano relativo ao quinquénio 2005-2009, pois que tendo já sido implementada permite uma observação dos desafios que se puseram relativamente à sua articulação com as recomendações da NEPAD⁴.

⁴ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, *New Partnership for Africa's Development*),

Como objetivos específicos concorreram os seguintes:

- i)* Identificar os principais pontos que convergem entre as recomendações da NEPAD e o II Plano cabo-verdiano para a igualdade e equidade de género (2005-2009);
- ii)* Compreender os principais desafios que foram postos ao desenho do Plano no sentido de integrar as recomendações da NEPAD ajustando-as à realidade de Cabo Verde;

Após o que já se referiu sobre a temática em análise e as ambições de estudo apresentado, definiu-se para melhor poder organizar o plano desta pesquisa, a seguinte pergunta de partida:

Em que medida o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2009) desenvolvido em Cabo Verde, teve em conta, no seu desenho, uma articulação com as recomendações da NEPAD?

Importa ainda referir que este estudo se apoia num trabalho de pesquisa de teor qualitativo. Na verdade, trata-se aqui, essencialmente, de tentar fazer um estudo que implica sobretudo uma análise comparativa, de base documental, uma vez que a intenção é a de compreender se o PNIEG (2005-2009) contempla as orientações da NEPAD sobre as questões relativas à equidade de género⁵.

Obviamente que, como outros, este estudo não dispensa a realização de uma pesquisa bibliográfica também ela muito vasta, mas, dado o seu teor, dispensa aquilo a que os antropólogos chamam trabalho de terreno. Este é claramente um trabalho de “gabinete” (para fazer ainda referência aos antropólogos), mas, consideramos, nem por isso menos válido. Talvez se possa avançar posteriormente para um outro tipo de estudo, um estudo mais complexo e ambicioso, que vise por exemplo, um trabalho de terreno que nos permita compreender os efeitos, na prática, da aplicação e até a adequação destes Planos sobre políticas de género, em Cabo Verde.

⁵ A escolha do referido Plano (PNIEG 2005-2009), prende-se com o facto deste instrumento de política ter sido elaborado e implementado após a adoção Programas de desenvolvimento para África, pelos países africanos, (*The New Partnership for Africa's Development*).

Retomando o discurso sobre o teor qualitativo desta pesquisa, importa referir que a utilização de métodos qualitativos contém implicações de natureza teórica, e a utilização de diferentes métodos de investigação tem como base diferentes pressupostos da realidade social e da natureza dos dados recolhidos como refere Duarte (2009).

Neste sentido, tomamos também a ideia de Albarello (2005) que explica que a pesquisa documental se apresenta não apenas como uma técnica de recolha, mas também como uma técnica de verificação de dados.

Consideramos seguir um processo simplificado de análise de conteúdo, como refere Guerra (2006) que na categorização que esta autora faz dos vários tipos de análise de conteúdo destaca a análise categorial, que descreve como análise temática que, nesta linha segunda a mesma, se constitui sempre na primeira fase da análise de conteúdo e é geralmente descritiva (Guerra, 2006). Desta forma e de acordo com os objetivos propostos e o modelo de análise adotado, procurou-se efetuar uma revisão documental abrangente, incluindo, a produção legislativa, os programas do Governo, os documentos estratégicos de desenvolvimento do país, os documentos relativos à igualdade de género produzidos até ao presente, a trajetória e o engajamento político a favor da Igualdade e equidade de género no país, e ainda informações estatísticas relevantes para este exercício. Isto para além de um número muito extenso de documentos de vários organismos internacionais de onde destacamos as Nações Unidas e alguns dos seus programas, sendo de sublinhar que esta Organização é claramente aquela que mais trabalho e preocupações tem apresentado no âmbito das questões ligadas à discriminação positiva de género. Foi também efetuado um exercício de pesquisa bibliográfica *online*, uma vez que, apesar das repetidas referências encontradas em inúmeros documentos de organismos internacionais e Cabo-verdianos, não foi possível a identificação de um documento único da NEPAD, com recomendações específicas no campo das abordagens e introdução da dimensão género.

A procura desse documento implicou a pesquisa e o cruzamento de várias fontes pelo que o recurso à internet foi, neste caso, de particular valia. Assumimos, após a saturação da informação recolhida que, a NEPAD, apesar de ser um organismo internacional de referência, de ser um organismo especificamente criado para promover o desenvolvimento em África, e apesar de fazer, em inúmeros dos seus documentos, referência à primazia e importância que os governos devem dar ao tema igualdade de género no desenvolvimento das suas políticas nacionais, não tem, ela própria, um documento único com determinações sobre a matéria, sendo que essas determinações aparecem dispersas em inúmeros dos documentos que produz, e em regra associada a temáticas como a pobreza ou a agricultura, por exemplo. Sublinhe-se então que para podermos prosseguir com a nossa pesquisa, tivemos nós que pesquisar e organizar em quadros toda essa informação, que consta no II capítulo deste trabalho.

PARTE 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

CAPÍTULO 1- 1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

Pode considerar-se que as NU têm sido um dos Organismos internacionais que mais tem contribuído para a discussão das matérias ligadas seja às questões de Género, seja às questões sobre o desenvolvimento. No que toca à problemática do género, importa recordar que no ano de 1975 teve lugar o Ano Internacional da Mulher, das Nações Unidas, a que sucedeu a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976 -1985).

A partir destas iniciativas as questões referentes a situação e estatuto das mulheres, até então tema excluídas às inquietações políticas, entraram progressivamente na agenda internacional. Em 1985 na Conferência Mundial sobre as Mulheres, e consequente avaliação da década anterior, ficou patente que as questões em causa eram muito mais profundas do que à partida se pensara.⁶ O facto é que se previra sobre estas matérias, uma evolução lenta no tocante aos esforços necessários no sentido da supressão das desigualdades e da construção da igualdade para mulheres e homens.

A reflexão entretanto prosseguia demonstrando que estas questões não são apenas sectoriais e nem dizem respeito apenas a metade da população. São questões que afetam homens e mulheres e que dizem respeito à sociedade no seu todo, cruzando a vida do ser humano em todas as suas áreas e a todos os níveis.

⁶ A conferência Mundial para revisão e avaliação das realizações das décadas das Nações Unidas para a Mulher sob o título: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizou-se em Nairobi (Quénia) e contou com a presença de mais de 15 mil representantes de ONGs.

O ano de 1979 ficou assinalado na Assembleia Geral da ONU pela aprovação e adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, habitualmente conhecida pela sigla inglesa como Convenção *CEDAW*. Este foi o tratado que veio evidenciar e apontar problemas vivenciados pelas mulheres em todo o mundo, estabelecendo a necessidade de se posicionar estes assuntos no âmbito dos direitos humanos.

Ficaria assim estabelecido um novo compromisso internacional que de entre outros objetivos visa a consciencialização para a promoção da implementação de medidas efetivas para prevenir a violação dos direitos e liberdades das mulheres, apontando problemas vivenciados pelas mulheres e ainda determinando a necessidade de posicionar estes assuntos no âmbito dos direitos humanos, além de outros objetivos que refere-se a consciencialização para a promoção da implementação de medidas efetivas para prevenir a violação dos direitos e liberdades das mulheres.

A conferência internacional das Nações Unidas que teve lugar em *Beijing* no ano de 1995, veio impulsionar a luta pela igualdade de género nas políticas públicas, através do compromisso para levar a diante uma estratégia de internacionalização da Igualdade de género mas políticas públicas correntes e não só avaliar regularmente o impacto desta estratégia. No plano institucional e da intervenção política, a referida conferência, deu seguramente um forte impulso à inclusão desta problemática no topo das agendas políticas dos vários Estados Membros (Silva, 1999). O referido documento, tem sido considerado um dos grandes Tratados de Direitos Humanos e frequentemente apelidada de Carta dos Direitos Humanos das Mulheres, apesar de o título ter sido formulado em termos de eliminação das discriminações, o conteúdo estruturado é mais explícito e poderia mesmo dizer-se que vai mais longe pois o tratado estabelece como objetivo final, atingir a igualdade das mulheres em relação aos homens. Contudo a perceção das questões relativas à situação das mulheres e à igualdade de direitos e oportunidades, numa perspetiva de proteção, promoção e realização de direitos humanos, veio a ser definitivamente compreendida a partir da década de 90.

Com a realização das grandes conferências internacionais decorridas durante a década e que tiveram lugar em diferentes pontos do globo, citando: No Rio de Janeiro (1992), sobre ambiente e desenvolvimento, em Viena (1993) sobre os direitos humanos, no Cairo (1994) sobre a População e Desenvolvimento, em Copenhaga (1995) sobre o Desenvolvimento Social, e consequentemente, sobre as Mulheres realizada em Pequim no ano de (1995) vieram a demonstrar claramente esta perspectiva.

Defendeu-se de entre várias teses e conclusões acordadas que não se pode pensar os problemas mundiais em termos neutro, há que pensa-las também em termos do seu impacto de género, isto é tendo em consideração a situação e o contributo de mulheres e de homens.

“O desenvolvimento pleno de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz necessitam da máxima participação das mulheres em igualdade com os homens em todos os domínios” (CEDAW).

Com a realização da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres que decorreu na China, (Pequim 1995), as Nações Unidas adotaram uma Declaração e uma Plataforma de Ação que constituíram instrumentos basilares para a ação. Enquanto a Declaração enuncia princípios fundamentais que devem guiar a ação política, a Plataforma de Ação identificará as chamadas áreas críticas onde os problemas se situam, apontando estratégias e caminhos de mudanças.⁷

Com a aprovação da Declaração e do Programa de Ação, foi notório que existe uma consciência nova sobre esta temática. As questões relativas a situação e aos direitos das mulheres foram percebidas e incluídas estreitamente associadas aos grandes problemas do mundo e a procura de novas soluções.

Os anos de 1990 foram períodos fortemente notáveis pela reformulação das políticas de carácter globalizadas e redistributivas, do ponto de vista de um Estado democrático e de um processo de justiça social assente na ampliação da cidadania e do direito.

⁷ Foi a concretização de uma visão em termos programáticos, designadas Estratégias para o Progresso das Mulheres até o ano de 2000, visando enfrentar os problemas que subsistem, para uma efetiva melhoria da situação das mulheres, e para uma igualdade de mulheres e homens nas nossas sociedades.

Facto que viriam a influenciar a formulação de políticas públicas por diversos países, nomeadamente os países pobres e em vias de desenvolvimento.

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas, a integração da Igualdade e da Equidade de Género no plano das nações assumiu uma importância crescente na agenda do desenvolvimento (UNFPA, 2009).

A adoção de políticas sensíveis ao género passaram a dominar a agenda da maioria dos países em especial os em desenvolvimento. Contudo convém dizer que os progressos indiscutíveis verificados, a vários níveis nas últimas décadas não impediram a persistência de desigualdades em diferentes níveis. Com efeito a multiplicidade das desigualdades sociais constituem um dos traços mais marcantes das sociedades contemporâneas.

Em 2015, aquando da última avaliação realizada pelas Nações Unidas sobre “a situação das mulheres no mundo” por ocasião da celebração dos 20 anos da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, registava-se que a desigualdade que atinge particularmente as mulheres subsiste nas várias regiões do mundo, designadamente no que se refere à vida económica, às oportunidades e aos usos do tempo.

Duas décadas passadas após a Declaração de princípios adotada pelos Estados Membros, as Nações Unidas, continuam sendo o motor das discussões ligadas às questões da igualdade de género.

Uma avaliação do caminho entretanto percorrido e dos novos problemas decorrentes das grandes mudanças decorridas no mundo, designadamente no que se refere às políticas sociais e tecnológicas, pode aferir-se que essas mudanças tiveram consideráveis ganhos refletidos na situação das mulheres no mundo e na promoção de ações positivas relativas à promoção da igualdade. Pode-se dizer que as Nações Unidas têm tido um papel preponderante na conceção e implementação das estratégias para a promoção da igualdade. De sublinhar ainda a introdução da estratégia da transversalidade do princípio de igualdade, e a utilização do termo “género” para fazer referência à construção social da diferença sexual entre homens e mulheres, permitindo ainda desconstruir o pressuposto naturalizado de que a situação diferenciada de ambos tinha a sua origem nas diferenças biológicas (Silva, 1999).

Num outro prisma, considerando a visão dos anos noventa que encarou estas temáticas como parte integrante das grandes questões da humanidade, em que as conferências mundiais atrás referidas da década tiveram, visando a concretização de ações positivas em vários domínios.

Trata-se de uma evolução que é hoje conhecida como tendo sido decisiva, porque as referidas conferências foram momentos importantes de reflexões e de estratégias a nível da comunidade internacional em que as questões relativas aos direitos e a situação das mulheres apareceram incluídas e estritamente associadas aos problemas do mundo e a solução.

1.2 DAS ABORDAGENS TEÓRICAS À EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS

As ciências sociais têm mostrado um interesse crescente em estudos específicos que abarcam situações das relações de género, nos seus modos de organização social e na forma como esta se reflete nos estatutos, nas oportunidades e nos direitos de homens e mulheres.

Os conceitos considerados centrais e que contribuem para a abordagem e análise deste estudo, vão ser explanados de seguida, sendo que alguns acabam por ser chamados noutros lugares do texto, se assim se considerar necessário.

As desigualdades sociais constituem uns dos traços, mais marcantes das sociedades contemporâneas, com efeito as desigualdades de género têm um histórico semelhante em diversos tipos de sociedade. Conforme defendido por (Carmo, 2001) as desigualdades não se circunscrevem apenas a um setor da sociedade como por exemplo a educação, saúde, economia, comunidade nem a um único recurso como a riqueza, cultura e títulos ou somente às variáveis rendimento, escolaridade, idade, género ou a religião. De forma clara, e em conformidade com (Arzate, 2010) pode entender-se como desigualdade o processo e situação de diferenciação social e/ou económica.

Do ponto de vista sociológico entende-se que a desigualdade social é fruto da interação entre indivíduos presentes na sociedade, assim sendo o acesso diferenciado às oportunidades, à riqueza do ponto de vista económico, faz-se dentro de um sistema de relações no sentido e poder que podem provocar distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão tanto ao nível individual como ao nível coletivo, inclusive tal diferenciação pode dar-se entre diferentes regiões (Arzate, 2010).

Estudos relativamente à temática do género, às desproporções e às desigualdades a eles articulados situam-se atualmente no centro das preocupações mundiais em matéria dos direitos humanos, da igualdade e da equidade. (Scott, 1994) entende o género como uma organização social da diferença sexual. O que não significa que género reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que género é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam, contudo, de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo determina univocamente como a divisão social será estabelecida.

Foi já nas últimas quatro ou cinco décadas do século XX e já no século XXI, que se assistiu a uma crescente preocupação das ciências sociais em abordar as questões do género, especificamente as desigualdades entre os sexos, no sentido de perceber e tentar corrigir as diferenças de oportunidades que decorrem, quase sempre, das imposições da história e da cultura das sociedades e dos países. As questões de género surgiram nas ciências sociais com o claro desígnio de evidenciar a dimensão sociocultural das diferenças culturais sexuais (Neves, 2011).

A abordagem ao próprio conceito de género, segundo (Silva, 1999) vincula-se à trajetória do movimento feminista contemporâneo, que foi capaz, de desnaturalizar e historizar a subordinação da mulher, procurando compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação da desigualdade entre os sexos, mostrando como que esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

Conforme observa (Amâncio, 2003) a abordagem ao conceito do género ofereceu fortes resistências quer no âmbito dos discursos políticos e científicos, remetendo para uma conceção de mera ordem social. Todavia foi necessário esperar anos para que a integração do género nas políticas dos direitos humanos e da igualdade entre os sexos refletisse, no entanto, o contexto histórico e a perspetivasse um plano teórico de saber e uma realidade visível de uma relação marcada pela desigualdade (Amâncio, 2003).

Foi com a realização da IV conferência mundial sobre as mulheres promovida pela NU em 1995, sob o lema: “Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, que se assumiu a designação dos termos empoderamento e igualdade de género, indicando-os para a transversalização das políticas de género a todas as ações institucionais. Desde então e mais especificamente a partir dos inícios aos anos de 1990, os Programas, Relatórios e Fundos das Nações definem transformações das relações entre homens e mulheres como um requisito fundamental do desenvolvimento humano, da promoção e construção da democracia, da gestão equitativa dos recursos a nível planetário, do desenvolvimento económico sustentado à preservação ambiental consideradas hoje questões da democracia e de direitos humanos, almejando a melhoria de vida das pessoas.

Com efeito, a resolução 1325 das Nações Unidas (2000) viria a assumir e a reafirmar a inclusão da mulher na 23ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas: Intitulada “Mulher 2000: Igualdade de género, desenvolvimento e paz para o século XXI”. Onde foi indicada a perspetiva do género nas operações de paz e o interesse em disponibilizar aos Estados-Membros as coordenadas e material de formação acerca da proteção, necessidades e direitos das mulheres.

A equidade de género foi considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA (2009) um direito humano. Considerando-se desde então que o empoderamento das mulheres será uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza no mundo inteiro. Com base nesta ótica, a abordagem ao desenvolvimento das nações tem-se situado cada vez mais, num plano muito diferente do passado.

De acordo com diversos analistas, a ideia em torno do conceito do desenvolvimento nas décadas de 1950 a 1960 esteve assente na ideia de crescimento agregado. No entanto, expressivas alterações acabaram por ir surgindo, e dos anos 90 até a atualidade houve alterações de paradigmas sobre o conceito de desenvolvimento e até mesmo sobre o conceito de pobreza.

A perspetiva do desenvolvimento humano defendido pelas Nações Unidas desde 1990 no enquadramento da abordagem que propõe sobre o desenvolvimento e que divulga anualmente nos seus relatórios de Desenvolvimento Humano, propõe colmatar a *décalage* herdada das abordagens anteriores nomeadamente, as teorias convencionais de desenvolvimento económico, ao colocar toda a ênfase na ligação entre pessoas e o desenvolvimento.

O investimento na população ou na formação do capital humano constitui sem dúvida um dos aspetos potencializadores do desenvolvimento. Nesta perspetiva, o desenvolvimento pressupõe o sucesso tanto de progressos económicos como de melhorias de condições sociais e culturais.

Constitui não obstante uma medida de política multifacetada, cujo horizonte é proporcionar que o crescimento económico se traduza na melhoria do bem-estar da população. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento importa a sustentação regular de resultados positivos e o combate contra os progressos que empobrecem as pessoas ou suportam a opressão e a injustiça estrutural (PNUD, 2010:23).

Ainda relativamente a estas matérias, Brandotti (2000) defende que os problemas económicos globais e a profunda crise ambiental do planeta contribuíram para o crescimento da pobreza, para o aumento das desigualdades económicas, das desigualdades de género e para a diminuição dos meios de vida das populações, particularmente das mulheres. Na verdade, este entendimento é partilhado por muitos outros autores, como Baltazar (2011), que sustentam que a pobreza resulta de uma série de causas pessoais, económicas, sociais entre outras, com impacto geográfico inconstante.

Entre algumas das causas recorrentemente apontadas para esta situação, realça-se a estrutura sociodemográfica das regiões, o seu capital humano, o grau de eficiência dos mercados e trabalho, assim como o papel das políticas públicas e a sua influência nos incentivos e opções individuais. Cada um destes fatores, por si só não explica o perfil de pobreza de um território, porém contribuí para a sua diferenciação e requer uma atenção especial por parte dos responsáveis pelas políticas sociais.

Na verdade, o próprio conceito da política social, tem vindo a ser utilizado de forma variável pelos autores que se dedicaram a explicar a ação do Estado e tem evoluído seguindo formulações mais abrangentes que determinaram a caracterização e teorização do contexto da política social, nomeadamente a identificação de vertentes distintas para a conceção de política social, ou seja, a política social como conjunto de políticas públicas com finalidades sociais e a vertente da Política Social como disciplina científica no conjunto das ciências sociais. O nosso ponto de partida apoiou-se em estudar a política social no contexto das políticas Públicas. Com efeito importa compreender o seu significado.

As políticas públicas são entendidas como:

“Conjunto de ações interrelacionadas entre si, tomadas por um ator ou conjunto de atores políticos, respeitante à escolha de objetivos e meios para os alcançar no contexto de uma situação específica, devendo estas decisões, em princípio, situar-se no âmbito do poder que estes atores têm para os alcançar” (Pereirinha, 2008, p. 17).

Tal como defendido por diferentes teóricos nos últimos anos, o conceito da política social, traduz-se como políticas dos Estado cuja direcção interpele numa melhoria do bem-estar da população (Caeiro, 2015).

Por outro lado surgem como os instrumentos de orientação para a promoção das políticas de desenvolvimento social.

Representam sistemas que procuram concretizar as funções económicas e sociais do Estado, com o objetivo de combater a pobreza e reforçar a coesão social, a solidariedade no sentido do alcance da melhor qualidade de vida e a concretização dos objetivos globalmente definidos, respondendo ao imperativo do desenvolvimento sustentável (Carmo, 2011).

Num outro prisma, o domínio deste tipo de intervenção, a da definição de políticas públicas, têm se constituídos em elementos determinantes nas unidades territorial, onde concorrem inequivocamente para o desenvolvimento regional. Na verdade, conforme observa (Lopes, 2001), não existe política que na prática acontece fora do contexto regional.

Nas suas diversas abordagens, o autor categoriza a política regional, como sendo integradora das políticas globais e sectoriais, em regras formuladas de forma parcializada, promovendo a síntese que as políticas sectoriais não prosseguem.

Ademais impõe a consideração da realidade concreta, diferenciada e interligada dos problemas específicos em áreas específicas (Lopes, 2001).

1.3 OPORTUNIDADES E DIREITOS DE HOMENS E MULHERES: UM OLHAR SOBRE ESPECIFICIDADES DOS CONTEXTOS SUBSARIANOS

A diversidade do nível de desenvolvimento verificado nos países africanos é inequívoca. O estudo acerca do fenómeno, da intensidade do subdesenvolvimento e do problema da pobreza, verifica-se nos diversos países do mundo. Porém com particular intensidade nos continentes africanos e asiáticos. Torna-se evidente que a questão central no que concerne aos países em desenvolvimento assim como qualquer território subdesenvolvido é o da consolidação das relações de produção capitalista direcionados ao contexto da globalização predominante.

Contudo a evidência de que a evolução do sistema económico global não tem permitido diminuir os elevados índices de pobreza específicos nos países em desenvolvimento, é notório, fazendo com que em muitos países continuem a verificar-se por exemplo o efeito do ciclo vicioso da pobreza. Por outro lado, prefiguram-se estudos das questões e às políticas do género e do desenvolvimento, dentro da área das políticas sociais, tendencialmente a ser ampliado, na medida que as mesmas têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações das questões sociais presentes nas sociedades contemporâneas.

No campo estrito da análise deste estudo prefigura-se uma medida política de âmbito regional, assim, consideramos necessário o enquadramento do conceito a que está política se enquadra, embora se afigure em termos de uma iniciativa para o desenvolvimento (NEPAD), reconhecida pela UA fazendo parte do seu programa de desenvolvimento socioeconómico adotada em Outubro de 2001 em Abuja (Nigéria).

Os chefes de Estado e de Governo africanos, consciente do atraso que os planos para a criação da Comunidade Económica Africana têm conhecido, propuseram avançar com um projeto continental com o objetivo de ajudar os Estados-Membros a criarem condições necessárias para a sua integração económica no Continente e no mundo.

Não obstante as mudanças ocorridas nos processos pós colonização, nas décadas de 90 e que provocaram profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento regional e local, a situação dos países africanos, particularmente os da África Subsariana, nos quais Cabo-Verde se integra, uma crescente transformação económica, política e social tem vindo a impor ao longo, dos últimos tempos, desafios e responsabilidades acrescidas ao mesmo tempo que têm propiciado oportunidades que não existiam em África. Um problema comumente identificado por diferentes atores, Organizações internacionais, poderes Governamentais e Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO 2 - A NEPAD E AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Este capítulo tem por objetivo avaliar a relevância e a consistência da estratégia proposta pela NEPAD relativamente às questões de género. Caracterizando o seu âmbito de intervenção, a partir da análise do documento *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* consultado através do sítio da NEPAD (www.nepad.org 2001).

Efetuar-se-á uma análise da relevância da estratégia apresentada, com base no seu desenho, domínios prioritários e objetivos estratégicos. Para esse efeito apresenta-se, sumariamente a visão que estrutura o programa de desenvolvimento da África (NEPAD), e averigua-se de que modo o programa é conciliável com o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, tendo como referência, os objetivos da integração de género nas estratégias nacionais de redução da pobreza.

2.1. NEPAD E AS NOVAS PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

Seguidamente expõe-se a caracterização sintética do referido plano. Com este intuito cruzam-se objetivos gerais das intervenções da NEPAD com os objetivos estratégicos do PNIEG (2005-2009), por forma a detetar as interações mais significativas do ponto de vista do nosso estudo. Por último será apresentado uma síntese dos principais pontos anteriormente salientados e alguns contributos decorrentes das análises efetuadas ao longo do capítulo.

Impulsionar as transformações necessárias para colocar África no caminho do desenvolvimento sustentado, foi a prioridade reconhecida pelos líderes africanos, constituindo-se um objetivo importante na agenda de renovação do Continente, apostando-se assim na necessidade de constantemente revisitar as escolhas do Continente, adequar as ambições à realidade, reformar em permanência, para melhor responder aos anseios do Continente.

Foi neste contexto que surgiu A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, *New Partnership for Africa's Development*), no quadro da reforma dos países da União Africana (OUA), constituindo-se um programa oficial adotado pelos chefes de Estado Africano, com uma visão estratégica para o desenvolvimento do Continente.⁸ Por outro lado, ocorrera em 2001 como resultado das sinergias, a transformação da OUA em União Africana (UA) e paralelamente dera-se a origem da iniciativa para a criação da NEPAD, Nova Parceria para o Desenvolvimento de África⁹.

Roque (2007) escreve que de acordo com (Chabal, 2003, p. 23), existem duas perspectivas principais sobre a NEPAD. A primeira:

[...]“Defende que esta lança as bases da transição africana para a boa governação através de um auto-comprometimento com uma melhor eficácia institucional e responsabilização política, enquanto a segunda, mais pessimista que postula que a presente iniciativa é a última de uma longa lista de “discursos” produzidos pelos líderes africanos para convencer os doadores do seu empenho nas reformas políticas e económicas que lhe são exigidas...” (p.66)

Conforme se lê no documento programa, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, é uma promessa feita pelos Líderes Africanos, com base numa visão comum e convicção firme e partilhada no dever urgente de erradicar a pobreza e de colocar os seus países tanto individuais como coletivamente, numa via de crescimento e de desenvolvimento duradouros, e simultaneamente de participar na economia e na vida política mundial.

⁸ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, *New Partnership for Africa's Development*) é o resultado de uma iniciativa política de cinco chefes de Estado africanos: Thabo Mbéki (África do Sul), Abdelaziz Bouteflika (Argélia), Hosni Mubarak (Egipto), Olusegun Obasanjo (Nigéria) e Abdulaye Wade (Senegal). O documento oficial da NEPAD, foi adaptado em Outubro de 2001, em Abuja capital da Nigéria. Seguidamente foi reconhecida pela União Africana como fazendo parte do seu programa de desenvolvimento socioeconómico.

⁹ A União Africana passou a ser vista pela sociedade internacional, como um relançamento aperfeiçoado da OUA, uma nova fase da história de África, em que os 54 Estados se associaram para resolverem as questões do subdesenvolvimento e da insegurança em prol do futuro do continente. Esta coligação assenta em três eixos principais: a paz e a segurança; os Direitos Humanos e a Democracia e ainda a integração económica. Ressaltam contudo na estratégia assumida para África, consentânea com os seus objetivos a com a sua visão estratégica, num quadro de atuação multilateral, o programa macro de apoio ao desenvolvimento em África, designado por “*New Partnership for Africa's Development*” (NEPAD).

O programa está ainda ancorado na determinação de os Africanos se libertarem a si e ao Continente da miséria do Subdesenvolvimento e da exclusão num mundo globalizado.¹⁰

Pode ler-se no documento da Declaração que o grande objetivo da NEPAD, traduz-se no seguinte: “conferir uma dinâmica ao desenvolvimento da África, através da redução dos fossos existentes nos setores prioritários, a fim de permitir que o continente alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nas outras partes de desenvolvidas do mundo” (NEPAD-65, 2001:15).

2.2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DA NEPAD

Contudo, num outro prisma, apresenta-se o objetivo ao longo prazo da seguinte forma:

- Erradicar a pobreza em África e colocar os seus países africanos, individual e coletivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objeto no processo de Globalização.
- Promover o papel das mulheres em todas as atividades.

Posteriormente destaca-se de forma pouco clara os objetivo/Metas (sem no entanto serem referidos os meios mais necessários para a sua concretização), onde se podem identificar 10 ações designadamente:

- Realizar e sustentar uma taxa média de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima dos 7% anuais nos próximos 15 anos;

¹⁰ Veja-se: A declaração da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, 2001), em anexo.

- Assegurar que o Continente realize as Metas de Desenvolvimento Internacional (IDGS) acordados e que são:
- Reduzir em metade a proporção das populações que vivem na extrema pobreza entre 1990 e 2015;
- Matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;
- Realizar progressos para assegurar a igualdade de género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015;
- Reduzir, em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;
- Reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015;
- Providenciar, o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde de reprodutiva até 2015;
- Implementar estratégias nacionais para realizar o desenvolvimento sustentável até 2015, por forma a investigar as perdas de recursos do ambiente até 2015;

O programa que evoca a centralidade numa apropriação e gestão voltada para um novo quadro de interação com o resto do mundo, incluindo os países industrializados e as organizações multilaterais, propôs-se para concretização dos seus objetivos, aos líderes africanos dos Estados-Membros a responsabilidade coletiva da aplicação através das seguintes oito medidas exposta no quadro de medidas que se segue:¹¹

No entanto neste campo de compromissos, consideramos revelar um projeto económico razoavelmente pensado. Contudo no que se refere a harmonização, pensamos haver uma desarticulação entre as medidas e os respectivos objetivos.

A solução proposta pela NEPAD em matéria de estratégia de implementação, no dizer de alguns autores distancia-se de todos os anteriores planos e iniciativas de apoio ao desenvolvimento de África, não obstante o reconhecimento de que os problemas permanecem os mesmos.

Chegámos então ao momento de apresentar a sistematização da informação que nos propusemos reunir. Os quadros que a seguir se apresentam foram concebidos por nós após a recolha exaustiva dos dados que contêm.

¹¹ Confira as principais medidas principais em NEPAD, 2001, PP. 11 e 12.

A responsabilidade de gestão deste programa de desenvolvimento ficou delegada ao um comité de aplicação, formado por quinze chefes de Estado africanos, sendo a responsabilidade deste comité a revisão periódica da estrutura e estratégias de prioridades.

Quadro nº 1. Medidas propostas pela NEPAD para a concretização dos seus objetivos gerais.

I	Fortalecimento dos mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a níveis sub-regional e continental e assegurar que esses mecanismos são utilizados para restaurar e manter a paz;
II	Promoção e proteção da democracia e dos direitos humanos nos seus respectivos países e regiões, através da definição de padrões claros de responsabilização, transparência e governação participativa aos níveis nacional e distrital;
III	Restauração e manutenção da estabilidade macroeconómica, especialmente através da definição de padrões de metas para as políticas fiscais e monetárias e a introdução de quadros institucionais apropriados para a realização destes padrões;
IV	Instituição de quadros legais e reguladores transparentes para os mercados financeiros e a auditoria das companhias dos sectores privado e público;
V	Revitalização e extensão da provisão da educação, formação técnica e dos serviços de saúde, com elevada prioridade para o tratamento do problema do VIH/SIDA, malária e outras doenças transmissíveis;
VI	Promoção do papel das mulheres no desenvolvimento económico e social, através do reforço da sua capacidade nos domínios da educação e formação; desenvolvimento das atividades geradoras de rendimento, através da facilitação do acesso ao crédito; e garantir a sua participação na vida política e económica dos países africanos;
VII	Construção de capacidades dos Estados em África para definirem fazerem cumprir um quadro legal e manterem a lei e a ordem;
VIII	Promoção do desenvolvimento de infraestruturas, da agricultura e sua diversificação em indústrias agrárias e de manufatura para servir os mercados internos e exportação;

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir de dados recolhidos no documento “NEPAD - Nova Pareceria para o Desenvolvimento da África, 2001”.

2.3. AS PRIORIDADES SOCIAIS, ECONÓMICAS E POLÍTICAS DA NEPAD

O programa que ambicionou cobrir as necessidades a curto prazo a partir de um vasto leque de ações a serem realizadas, no que concerne ao seu financiamento, destaca o seguinte, como se pode confirmar no próprio documento: “Embora ao abrigo destas iniciativas, esteja previsto um financiamento a longo prazo, os projetos podem ser acelerados para ajudar a erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos, individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar por via disso, a marginalização da África no processo de globalização” (NEPAD, 2001, p.15-Nº.62)¹².

Entendemos que esta visão exige obviamente um investimento massivo e consistente para reduzir o fosso existente. Ademais os Governos deverão não ser capazes de mobilizar os financiamentos necessários nas melhores condições possíveis. Consideramos no entanto uma tentativa de subtrair a elaboração de políticas económicas manifestas às dificuldades de uma intensidade demasiado amplo para se concretizar num programa pouco coerente de governação. Entendemos, sim em primeiro uma listagem e relativamente pormenorizada, os fundamentos a uma luta imediata de estabilização económica, tendo como preocupação imediata a estabilização económica.

O referido programa reconhece que “o desafio que se colocara à África é por conseguinte o de desenvolver a capacidade para manter o crescimento aos níveis requeridos de forma a alcançar o objetivo da redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável ” (NEPAD, 2001, p. 15 Nº 64)¹³. Contudo defende que este alcance dependerá de tantos outros fatores como por exemplo, as infraestruturas; a acumulação de capital, o capital humano, instituições, diversificação estrutural, concorrência, saúde e uma boa conservação do meio ambiente.

¹² Consultar documento NEPAD, 2001 em anexo.

Ademais de acordo com a informação disponível, prevê-se o alcance de resultados em determinadas áreas, sem no entanto explicar como se processa o desenvolvimento das estratégias para o efectivo alcance conforme previsto em alcances que se traduzem, da seguinte forma:

- Crescimento e desenvolvimento económico e incremento do emprego;
- Redução dos níveis da pobreza e da desigualdade;
- Diversificação das atividades produtivas, promoção da concorrência internacional e do aumento das exportações;
- Incrementada integração africana.

Neste optica, faz nos lembrar, Amartya Sen (2000), quando adverte para as variáveis, não económicas do desenvolvimento, destacando o papel das instituições e dos direitos humanos, reforçando que o desenvolvimento não pode ser visto sob o ponto de vista económico, sob pena de relativizar as instituições democráticas se não for tida em consideração a importância das autonomias e dos direitos civis para o progresso económico.

Da análise relativamente às propostas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, verificamos que as ações propostas a serem realizadas foram concebidas em termos de iniciativas, notando alguma diversidade de conteúdos e componentes de intervenções. Neste campo das iniciativas destacam-se quatro áreas distintas as quais as foram expostas a sua apresentação numa grelha de sistematização e de acordo com as respetivas medidas propostas, traduzidas da seguinte forma:

<p>Quadro nº 2- As Grandes Prioridades da NEPAD</p> <p>PAZ, SEGURANÇA, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO POLÍTICA</p>		
Iniciativas	Medidas	Observações
<p>A1. Iniciativas de Paz, Segurança, Democracia e a Governação Política;</p>	<p>(I) Iniciativas sobre a paz e segurança, três elementos a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção de Condições a longo prazo para o desenvolvimento e segurança; Construção da capacidade das instituições africanas na área da alerta precoce, bem como a elevação da sua capacidade de prevenção, gestão e resolução de conflitos; Institucionalização dos compromissos para com os valores fundamentais da Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa através da liderança; 	
<p>//-Iniciativa sobre Democracia e Governação Política</p> <p>A2. Iniciativa sobre Economia e Governação Corporativa</p>	<p>Neste âmbito através da Nova Parceria os Governos africanos comprometeram-se a respeitar os padrões mundiais da democracia, traduzindo-se no pluralismo político, na existência de sindicatos e na organização periódica de eleições abertas e democráticas no sentido de permitir que o povo escolha livremente os seus líderes.</p> <p>Objetivo: Promover em todos os países participantes um quadro de programas concretos e calendarizados, com vista a melhorar a qualidade da gestão económica e financeira pública, bem como a governação corporativa.</p> <p>Ações (exemplo)</p> <p>- O Comité de Implementação submeterá as suas recomendações aos Estados africanos para implementação;</p>	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados recolhidos no documento (NEPAD, 2001).

Num outro prisma, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, nas suas prioridades estratégicas, detetam-se 6 áreas sectoriais consideradas prioritárias. Designadamente: As infraestruturas, a redução do fosso na educação, a inversão da fuga dos cérebros, a agricultura, as iniciativas ambientais, ainda a plataforma da ciência e tecnologia e a cultura. No entanto a segunda área considerada prioritária propõe as Iniciativa sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo o combate à fuga de cérebros. Nesta segunda área apontada como prioritária identifica-se três domínios sub-agregados nas quais o primeiro identificou-se a área prioritária à **(I) redução da pobreza.**

Neste momento, procurando a análise ao nível dos objetivos deste estudo, aferir em que medida as áreas estratégias, prioridade sectoriais e os seus objetivos e as respectivas medidas, constituíram o conjunto integrado das recomendações articuladas ao II Plano Nacional Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, tendo sido já implementado no horizonte (2005-2009). Ou seja procuramos identificar se houve uma convergência dos objetivos, das áreas estratégias no II PNIEG de Cabo Verde.

Quadro nº 3 - PRIORIDADES SETORIAIS DA NEPAD

Área prioritária	Prioridades Setoriais	Observação
<p>1ª Infraestruturas</p> <p>(Especialmente a tecnologia de informação e de comunicação (TIC) e a energia);</p> <p>B1. Reduzir a lacuna infraestrutural.</p>	<p><i>(I)</i> Todos os sectores da infraestruturas</p> <p><i>(II)</i> Reduzir a diferença digital: Investir nas tecnologias de informação e de comunicação (TIC)</p> <p><i>(III)</i> Energia</p> <p><i>(IV)</i> Transportes;</p> <p><i>(V)</i> Água e Saneamento;</p>	<p>Os objetivos e as ações definidas pelo NEPAD no campo das prioridades setoriais das infraestruturas.¹⁴</p>
<p>B2. Iniciativa sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo o combate a fuga de Cérebros</p> <p>(I) Redução da Pobreza</p> <p>Nota: é no campo das preocupações com a pobreza que vamos encontrar no âmbito da NEPAD referências específicas relacionadas com as questões de género. Esta matéria acaba por ter assim um lugar muito periférico na documentação produzida por aquele Organismo.</p>	<p>Objetivos</p> <p><i>i)</i> Providenciar uma liderança focalizada, através da priorização na redução da pobreza em todos os programas e prioridades da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, bem como nas políticas macroeconómicas e sectoriais, ao nível nacional;</p> <p><i>ii)</i> Prestar atenção especial a redução da pobreza entre as mulheres;</p> <p><i>iii)</i> Assegurar a capacitação do pobre nas estratégias de redução da pobreza;</p> <p><i>iv)</i> Apoiar as estratégias de redução da pobreza existentes ao nível multilateral, tais como o Quadro de desenvolvimento Global do Banco Mundial e a abordagem da Estratégica de Redução da Pobreza associada a iniciativa da palição da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).</p>	

¹⁴ No âmbito das Prioridades Setoriais da NEPAD foram identificados, no tocante à todas as áreas consideradas prioritárias, objetivos e ações. Nomeadamente no campo das infraestruturas, sendo a primeira área prioritária definida como se pode confirmar na grelha acima apresentada, destacando: *i)*; *ii)*; *III)*; *IV)*; *V)*; prioridades setoriais. Ver documento da NEPAD, 2001 disponível em anexo nas páginas 26-32.

Quadro nº 3 - PRIORIDADES SECTORIAIS DA NEPAD (Continuação)

Área prioritária	Prioridades Sectoriais	Observação
	<p>Ações</p> <p><i>i)</i> Assegurar que os planos elaborados no quadro das iniciativas deste programa de ação avaliem o seu impacto de redução da pobreza, antes e depois da sua implementação;</p> <p><i>ii)</i> Trabalhar com o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Africano de Desenvolvimento e com as agências das Nações Unidas (NU) para acelerar a implementação e adopção do Quadro de Desenvolvimento Global, estratégico de Redução da Pobreza e outras abordagens associadas;</p> <p><i>iii)</i> Estabelecer uma equipa de trabalho sobre o género para assegurar que as questões específicas enfrentadas pelas mulheres pobres sejam incluídas nas estratégias de redução da pobreza da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.</p> <p><i>iv)</i> Estabelecer uma equipa de trabalho para acelerar a adopção do processo participatório e descentralizado para a provisão de infraestruturas e serviços sociais.</p>	
(II) Reduzir o Fosso na Educação	Os objectivos e as Ações podem ser consultados no Documento Programa da (NEPAD, 2001) Disponível em anexo.	
(III) Inverter a Fuga de Cérebros		Objetivos e ações desta prioridade sectorial ¹⁵

¹⁵ No que concerne as questões desta prioridade sectorial, o conjunto dos objetivos e ações respectivas, podem ser consultados na pág. 35

Quadro nº 3 - PRIORIDADES SECTORIAIS DA NEPAD (Cont.)

Área prioritária	Prioridades Sectoriais	Observação
(IV) Saúde		
B.3.Agricultura (Acesso aos mercados dos países desenvolvidos para as exportações africanas)	<i>“O melhoramento no desempenho agrícola é um pré-requisito para o desenvolvimento económico do Continente”</i>	No entanto não constam quaisquer objetivos ou ainda ações definidas;
B4. A Iniciativa Ambiental	8. Sub-metas para intervenções prioritárias: Combate a desertificação; Conservação de Terras Húmidas; Espécies Estranhas Invasoras. Gestão Costeira; Aquecimento Global; Zonas de Conservação Transfronteiriças; Administração Ambiental; Financiamento;	
B5. Iniciativa Cultural		
B6. Plataformas de Ciência e Tecnologia		
C. Mobilização de Recursos.	Prioridades Setoriais¹⁶	
C1. A iniciativa do fluxo do capital	(I) Incremento da Mobilização de Recursos Internos	
	(II) Paliação da Dívida	

¹⁶ Objetivos e ações preconizadas pela NEPAD relativamente as áreas prioritárias e respectivas prioridades sectoriais a partir da I.B3 a B6, podem ser consultadas no documento em anexo nas páginas 38 a 55.

Quadro nº 3 - PRIORIDADES SECTORIAIS DA NEPAD (Cont.)

Área prioritária	Prioridades Sectoriais	Observação
	(III) Reformas na APD	
	(IV) Fluxos de Capital Privado	
(I) Diversificação de produção		<i>Áreas prioritárias também identificadas pela NEPAD no âmbito do seu programa de desenvolvimento. Os Objetivos e as respectivas ações, podem ser consultadas no documento disponível em anexo (NEPAD, 2001).</i>
(II) Agricultura		
(III) Mineração		
(IV) Manufaturação		
(IV) Turismo		
(VI) Serviços		
(VII) Promoção do Setor Privado		
(VIII) Promoção de Exportações Africanas		
(IX) Eliminação de Barreiras Não-Tarifárias;		
(VI) A nova parceria Global		
(VII) Implementação da nova Parceria para o Desenvolvimento de África; Avaliação das necessidades		

Todavia para cada um destes setores, de acordo com o documento programa, (NEPAD,2001) o objetivo é o de reduzir o fosso existente entre Africa e os países desenvolvidos a fim de promover internacionalmente o continente e facilitar a integração no processo da globalização, sem descurar as circunstâncias especiais e a insularidade dos Estados africanos.

Para cada uma das prioridades sectoriais, foi possível identificar um conjunto de objetivos e ações correspondentes, na qual apresentamos sistematizados na grelha em cima apresentada, com destaque para as áreas prioritárias que permitem cruzar os objectivos deste estudo.

A iniciativa B2 do programa, por seu turno, como havíamos dito anteriormente explana a abordagem perspectivada sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo o combate a fuga de cérebros. Destacando dentro destas iniciativas como prioritário a redução da pobreza, a qual apresentamos na grelha de análise acima exposta, de acordo com a informação disponibilizada através do documento (NEPAD,2001 pp. 33).

Entendemos pois esta de entre as iniciativas explanadas neste programa (NEPAD), que nos remete proximamente para a aferição daquilo que foi proposto como nosso objeto empírico de análise. Porém consideramos que nesta matéria, as questões sobre a equidade, a introdução das questões de género na redução da pobreza não se traduz com clareza específica as recomendação do supra referido programa de parceria sobre o assunto. Diríamos até uma vaga exposição sobre a temática no geral. Neste campo o programa descreve especificamente à redução da pobreza, enquanto um subsector no campo do domínio da Iniciativa sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo o combate a fuga de Cérebros.

Na grelha sintetizadora pode se identificar os objetivos e as ações propostas para o alcance do objetivo, (os meios concretos) sectorial mas sem no entanto ser referido os indicadores e resultados esperados e como se processariam tais ações por exemplo.

Consideramos que deveriam ser definidas as medidas e ações concretas a realizar especificamente neste domínio, bem como deverá processar a sua execução. Assim como a contextualização desta temática, a importância da introdução desta dimensão género no campo restrito das actuações políticas das nações.

Consequentemente um trabalho de reforço às políticas nacionais, uma vez que se trata de um programa regional de fomento. Tendo em conta esta categorização, a importância que tem sido atribuída no contributo ao fomento do desenvolvimento no plano das nações.

Por outro lado as questões relacionadas com o género e o desenvolvimento têm estado cada vez mas na ordem do dia. Posição que tem vindo a abrir horizontes ao reconhecimento do valor e do contributo de homens e mulheres em diferentes domínios da atividade económica.

A equidade de género foi considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA (2009) um direito humano. Destacando ainda que o empoderamento das mulheres será a ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza.

Contudo verificamos que é no quadro dos objetivos e das ações preconizadas para a redução da pobreza que encontramos parcialmente a articulação com as do II PNIEG (2005-2009), tendo em conta que não foi possível a identificação medidas expressas e recomendações existentes no documento programa neste domínio como havíamos dito.

Considerando que medidas de intencionalidades, por si só não garantem a efetividade de uma medida. Contudo dizer que ao nível dos objetivos e das ações propostas no campo sectoriais da redução da pobreza, são suscetíveis a permitir uma avaliação de um quadro de uma área critica e que ao mesmo tempo possa permitir a reestruturação das políticas sectoriais.

No que concerne a estrutura e dinamização do PNIEG no sentido de expor em evidências as orientações estratégicas, os objetivos e as ações e medidas propostas correspondentes, como se pode evidenciar na síntese caracterizadora do referido PNIEG a que passamos a expor.

O II Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género - PNIEG (2005-2009), iniciativa do Instituto da Condição Feminina, denominado ICIEG desde 2006, o mecanismo nacional responsável pela coordenação e implementação das políticas do Governo nessa matéria, dependendo do Primeiro-Ministro, que delega a tutela a um Ministro (desde 2008 um Ministro-adjunto, sendo desde 2011 a Ministra-adjunta da Saúde).

O Plano constitui um instrumento orientado das políticas Públicas em matéria de género, tendo presente a lógica da transversalidade. A elaboração e o âmbito das diretrizes do referido plano, evoca o enquadramento aos princípios fundamentais da Constituição da República de Cabo-Verde, a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, almejando efetiva e visível participação da mulher em todos os domínios, a participação da vida social, económica e política, assim como no desenvolvimento do país. De acordo com informação disponibilizada, o II Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, teve como base de referência, e um conjunto de estudos anteriormente produzidos pelo ICF.

Designadamente o Relatório do objetivo 3 do Desenvolvimento do Milénio (2003), assim como também as recomendações saídas das grandes Conferências realizadas internacionalmente, citando a Conferência do Cairo e Pequim, não obstante aos compromissos assumidos pelo País em diferentes instancias regionais e internacionais, com destaque para a ONU, Organizações da Nações Unidas e pelas dinâmicas do Continente e da sub-região, provenientes da UA, União Africana, designadamente, a Declaração Solene de Maputo. Foi também referida a NEPAD, sublinhando o reconhecimento e objetivo do programa no sentido que preconiza o reforço das capacidades das mulheres, a fim de promover o seu papel no desenvolvimento económico.

O quadro operacional do mesmo parte-se das orientações estratégicas, com base nas prioridades em matéria de género e desenvolvimento, partido do diagnóstico da situação pela qual o país se encontrara.

A versão do Plano apresentado (2005-2009) constitui uma versão atualizada do projeto do PNIEG, apresentado em 2001, que absorveu no essencial as grandes linhas operacionais do Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005). Contudo, incorpora os elementos programáticos dos diferentes ministérios e ONGs que trabalham esta temática.

Em termos estruturais o Plano encontra-se organizado em três partes. A primeira parte foi dedicada a uma abordagem e contextualização da evolução institucional, o engajamento das autoridades nacionais relativamente à temática da igualdade e equidade de género.

A situação de desigualdade vivenciada nas relações de género no território nacional é posta em evidência com recurso às estatísticas e indicadores utilizados para o efeito, o que possibilita verificar as posições diferenciadas de ambos.

Na segunda parte do programa, faz-se o enquadramento dos objetivos e as estratégias para a igualdade e equidade de género (2005-2009). Expõe-se ainda os objetivos a serem alcançados e as respectivas medidas tomadas no sentido do alcance de uma sociedade com maior equidade. As medidas a serem implementadas foram apresentadas por setores e áreas concretas de intervenção. Designadamente, Sector económico (Pobreza/Trabalho e emprego); Sector Social (Educação, Saúde, Violência baseada no género); Setor Público (Exercício de poder e tomada de decisões; Comunicação Social). Porém faz ainda referência, quais os mecanismos de coordenação, seguimento e avaliação do referido Plano e o respectivo orçamento indicativo do PNIEG (2005-2009). Na terceira e última parte, apresenta-se o quadro de implementação do PNIEG, a matriz com as atividades, metas, o quadro de execução, os resultados e os meios de verificação que permitam possibilitar o seguimento e a avaliação do plano nacional e consequentemente a elaboração de planos e programas sectoriais e municipais.

A elaboração e implementação do Plano teve o propósito de ser um instrumento orientador que visa a implementação de políticas de género, com medidas multissetoriais corretoras dos desequilíbrios sociais baseados nos estereótipos sexistas, com o objetivo de promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável do país em última instância.

Partindo da análise da situação do país em matéria de equidade de género e autonomia das mulheres, o objetivo global proposto a ser alcançado no âmbito do II Plano Nacional para a Igualdade de Género, foi o de *“Democratizar o sistema das relações de poder, promovendo a igualdade de oportunidades a todos os níveis e mudanças qualitativas de comportamentos e atitudes”*.

Não obstante ao quadro referente que acima se apresenta, Cabo Verde é um país que tem vindo a conhecer progressos considerados significativos em termos de desenvolvimento em diferentes domínios.

De acordo com o estudo apresentado pelo IDISA, 2010 (Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina)¹⁷ sobre o índice do desenvolvimento da condição feminina em Cabo Verde, considerara-se de uma forma global avanços significativos nos progressos realizados nos domínios da promoção da mulher e da igualdade de género, mas que contudo recomenda que os esforços devam continuar com especial atenção para os domínios da participação das mulheres no exercício do poder e o domínio económico.

No capítulo que se segue procuramos refletir sobre a contextualização, os resultados do processo da introdução da variável género nos mais diversos domínios, demonstrando algum engajamento jurídico e político do Estado de Cabo Verde.

¹⁷ IDISA – O Índice sintético especificamente Africano, foi introduzido pela Comissão Económica da África das Nações Unidas. O instrumento visa medir o fosso entre o estatuto das mulheres e dos homens, avaliar o progresso feito pelos Governos africanos em termos de política de género e identificar os desequilíbrios nesta matéria em África.

PARTE 2

CAPÍTULO 1 - CABO VERDE E O SEU QUADRO ESTRATÉGICO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

2.1. POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS EM CABO VERDE

Cabo-Verde, um pequeno Estado insular, é de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), um país de rendimento médio,¹⁸ cujo crescimento real do PIB uma vez acelerado, assentou-se no valor de 3,6% em 2015, de 1,8% em 2014 e 0,8 em 2003, devendo essencialmente ao aumento das receitas proveniente do sector turístico. E por outro lado a manutenção dos baixos preços de energia (BAD,2016). Porém a economia Cabo-Verdiana apresenta baixo desempenho, devido a fraca economia global, não obstante a deflação e ao elevado nível de desemprego atingindo nomeadamente os jovens (INE-CV,2016).

A fim de contrariar a sua vulnerabilidade e característica insular, Cabo-Verde sempre procurou projetar-se internacionalmente, o que se traduz no alicerce da sua política externa.

É de ressaltar que o esforço que tem sido feito no país no sentido de afirmar-se na arena internacional tem tido resultados considerados benéficos, uma vez que é hoje considerado um país de referência na região que se insere.

Cabo-Verde é apontado no contexto africano como um bom exemplo de alargamento e generalização do acesso à educação e do alcance de outras metas definidas no âmbito dos ODM e figuras de lugares cimeiros do índice *Mo Ibrahim* de Boa Governação Africana.¹⁹

¹⁸ Em 2008, tornou-se o segundo país do mundo a graduar da lista de Países Menos Avançados (PMA).

¹⁹ Criado em 2007 pela Fundação Mo Ibrahim, uma fundação Africana, o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) mede a qualidade da governação nos países africanos, através da compilação de dados. O seu propósito é ajudar os cidadãos, governos, instituições e o sector privado a avaliar a provisão de bens, serviços públicos e os resultados das políticas. Estimular o debate sobre o desempenho da governação com base em dados concretos e quantificados é outro desiderato deste índice.

Apesar dos progressos significativos alcançados nas últimas décadas, o país continua a enfrentar alguns constrangimentos e desafios significativos ao seu desenvolvimento. Considerando a configuração do fenómeno da pobreza no país, a proporção da população que vivia abaixo do limiar da pobreza baixou de 37% em 2001 para 27% em 2007. Apesar do progresso geral, nesse mesmo período o fosso de género agravou-se: em 2001 entre agregados pobres chefiados por mulheres e por homens era de 6 pontos percentuais, e em 2007 de 12 (33% Mulheres e 21% Homens). Os dados mostram também que a pobreza é concentrada nas zonas rurais (44% da população rural é pobre), INE-CV, 2014. Do que acima foi referido, permite viabilizar as disparidades de género, desafiando a reformulação de políticas públicas de desenvolvimento que tenham em conta a supressão de tais desigualdades.

Por outro lado, o quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF, 2012-2016) em Cabo Verde, reconhece que ainda existem desigualdades relacionais com o género e a idade, bem como a desigualdade rural/urbana.

Apesar das reformas profundas, as desigualdades entre ricos e pobres, homens e mulheres entre as regiões, persistem uma característica nacional (UNDAF, 2016). O país continua a enfrentar uma vulnerabilidade estrutural da economia que persiste particularmente no domínio da pobreza.

A pobreza afeta especialmente as mulheres, chefes de família (33%), com uma maior incidência em áreas rurais (44%) em relação às áreas urbanas (13%). Além disso, uma revisão do índice de GINI mostra uma tendência de 0,43 em 1998 para 0,47 em 2007, após um pico de 0,53 em 2002.

As diferenças no quadro da categoria de género são particularmente significativas, dada a proporção de mulheres chefes de famílias no seu todo (48% em 2010) e, mais particularmente entre as famílias pobres (56%).

A avaliação é feita de acordo com quatro categorias: Segurança e Estado de Direito, Participação e Direitos Humanos, Oportunidades Económicas Sustentáveis e Desenvolvimento Humano, divididas por 14 subcategorias. Usa 93 indicadores e informação recolhida junto de 33 instituições globais.

As mulheres são, sem dúvida, o principal meio de auxílio às necessidades da família e, muitas vezes, a única pessoa responsável por uma maioria de crianças do país. No geral, as mulheres representam 52,5% dos trabalhadores do sector informal e recebem salários duas vezes inferiores aos dos homens. Em termos de participação política, já houve paridade no poder executivo, mas ainda modesta a nível legislativo e municipal (as mulheres representam quase um quinto dos lugares elegíveis). A Violência baseada em género é igualmente cada vez mais uma grande preocupação no país (UNDAF, 2016).

2.2. IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO: A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

O Programa do Governo de Cabo Verde na sua VIII Legislatura (2011-2016), reconhece a questão do género, como uma questão transversal (pág.27), e especifica-se que as mesmas serão tomadas muito seriamente. Não obstante descreve que as questões relativas ao género fazem parte dos 4 elementos nucleares do programa.

A ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1979 pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada, por Cabo Verde em 1981, constitui um dos maiores marcos políticos em matéria de promoção da igualdade entre homens e mulheres, (ICIEG, 2007). No âmbito das dinâmicas processuais, o país tem vindo a produzir um conjunto de documentos de alguma relevância enquadrados no domínio das políticas públicas de promoção da igualdade e da equidade de género.

A materialização desta visão, os desafios preconizados nesta esfera, foram elaborados e implementados, através dos Planos Nacionais para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (PNIEG)²⁰, pela adoção de instrumentos de planificação e avaliação que tem dotado as instituições públicas, da sociedade civil e os parceiros de um quadro de intervenção consequente e sistemático no domínio da promoção da igualdade de género e do combate a violência Baseada no género.

Os Planos Nacionais, bem como as medidas afirmativas em relação às mulheres, especialmente os fatores de discriminação da mulher na família e na sociedade, observam um conjunto alargado de compromissos internacionais e regionais ratificados pelos sucessivos Governos de Cabo Verde em diferentes instâncias nomeadamente as recomendações expressas na Resolução Política de Género da CPLP (2010)²¹.

Do que acima foi referido evidencia-se que o propósito consistiu em dotar o país de um quadro referencial para a formulação e implementação de políticas, programas e ações estratégicas específicas como transversais que contribuíssem de forma a integrar à promoção da igualdade de direitos, deveres e oportunidades para homens e mulheres em todas as esferas da vida, contribuindo para o seu empoderamento.

De acordo com o exposto no PNIEG, um dos objetivos consistiu em impulsionar a igualdade e a equidade de género em todas as instâncias de poder e possibilitar, o seguimento e a avaliação dos diferentes indicadores, tendo em conta a situação de partida, não obstante constituir uma das medidas sectoriais corretora das desigualdades.

²⁰ Atualmente encontra-se em vigor segundo o Instituto Cabo verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), o terceiro Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG 2015-2018)

O documento da iniciativa do Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), o organismo nacional responsável pela coordenação das políticas do Governo nessa matéria, têm permitido mobilizar fundos junto de diferentes parceiros de desenvolvimento e as respectivas avaliações têm contribuído para a reorientação da planificação

²¹ Resolução sobre a Política de Género da CPLP, emanada da Vª Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Maputo em junho de 2010.

Nesta linha, o grande desafio preconizado, traduziu-se no compromisso nas vias do desenvolvimento da economia, fonte geradora de riqueza e fomento da coesão social e da criação de oportunidades de empreendedorismo, de emprego e de rendimento para o desenvolvimento humano de maior qualidade para as populações, objetivo central da estratégia de desenvolvimento, seja ele nacional, seja local.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM CABO VERDE: DESAFIOS FACE À PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

A promoção da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres tem sido reconhecido como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e, simultaneamente, mais democrata.

Por outro lado, a questão da Igualdade e Equidade de género constitui um dos temas das grandes discussões públicas e que tem merecido atenção não só por parte dos que fazem políticas públicas e a camada da população na qual essa política é direcionada, e os impactos de tais políticas na sociedade em geral.

Em Cabo Verde, a introdução da dimensão género na definição, implementação e avaliação das políticas públicas, ganhou relevância desde os primeiros anos do século XXI, seja na comunidade académica seja pelas organizações governamentais e da sociedade civil.

Impulsionados pelas recomendações das Conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas, na última década do século passado, nomeadamente a Conferência de *Beijing*, que tem permitido, a nível global, regional e nacional, trazer para o espaço público um debate profícuo sobre a necessidade de, tanto na realização de estudos e diagnósticos quanto na formulação de políticas e programas de desenvolvimento. Isto sob a adoção da estratégia de integração transversal da igualdade de género, de um tratamento equitativo de homens e mulheres nos diferentes domínios da vida, política, económica, social e cultural.

O Governo assumiria assim, deste modo a dimensão género como abordagem a privilegiar na formação de políticas, assentando-se no conhecimento das dinâmicas das relações sociais entre mulheres e homens na sociedade cabo-verdiana, condição para a sua transformação na perspectiva da equidade.

Os mais recentes Programas do Governo (2001-2005; 2006-2011; 2012-2016), assim como outros programas sectoriais, introduziram a dimensão género no processo de planeamento de definição de políticas macroeconómicas e sociais bem como na montagem do quadro institucional de definição, implementação e avaliação das políticas de género, sendo as ONGs que trabalham a temática mulher a iniciarem o processo.

O Programa do Governo da VII-Legislatura ponderou que a «integração da abordagem género em Cabo Verde tem sido um desafio face às perceções socioculturais ainda subsistentes na sociedade e que muitas vezes constituem entraves ao desenvolvimento, formulação e implementação de políticas»²² constituindo deste modo não somente um desafio mas uma necessidade a «elaboração e implementação de uma Plataforma de ação, partindo do PNIEG²³, orientada para a promoção de uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade e para a concretização dos então objetivos do Milénio adotados, em particular o objetivo 3 tendo este a pretensão de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

A multisectorialidade da abordagem das estratégias, objetivos e ações definidos pelos Planos Nacionais para a Igualdade e Equidade de Género enquanto documento enquadrador, forneceu referências de uma implementação descentralizada e articulada entre os diversos departamentos governamentais visando assegurar a eficácia das políticas de promoção da equidade entre os géneros.

Por outro lado a realização de estudos e diagnósticos quanto na formulação de políticas e programas de desenvolvimento, tendo adotado a estratégia de integração transversal da igualdade de género, de um tratamento equitativo de homens e mulheres nos mais variados domínios da vida política, económica, social e cultural.

Os progressos alcançados no país na área da Igualdade de Género foram significativos, nomeadamente no que diz respeito às medidas normativas consagradas na ordem jurídica da nação.

²² Programa do Governo de Cabo – Verde para a VII Legislatura (2006 – 2011), pp. 79.

²³ Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

Contudo um dos grandes desafios a perseverar passa pela consideração da desvantagem da mulher, no mercado de trabalho, na vida social em geral e na família é mais significativamente nos meios socialmente desfavorecidos.

Nesta perspectiva realçamos a importância das políticas sociais, enquanto área de intervenção. A promoção de um quadro legal foi um marco institucional favorável à igualdade de género. A transversalização da abordagem do género, o que significou segundo ICIEG (2012), a integração de enfoques específicos nos níveis macros, meso e micro de planificação e de atuação.

Através da análise do programa do Governo com o objetivo de transversalidade a abordagem de género em cada uma das medidas anunciadas na Agenda Estratégica, tomou em consideração a pertinência das intervenções a desenvolver nos diferentes níveis de gestão, e a situação em matéria de relações de género.

Por conseguinte os princípios utilizados como referencial de atuação traduzem nas seguintes medidas:

- (i) uma atuação mais acentuada para garantir a transversalização da abordagem género para que os processos de planificação nacionais, sectoriais e municipais reflitam as medidas estratégicas propostas e possibilitem a eliminação de práticas discriminatórias em função do género na administração pública;
- (ii) pelo desenvolvimento de ações de educação e comunicação para a mudança de comportamentos e a aceitação do paradigma da igualdade de género;
- (iii) pela promoção de oportunidades económicas das mulheres, de forma a subverter o atual quadro de profunda desigualdade entre o rendimento dos homens e o rendimento das mulheres;
- (iv) pela reestruturação do funcionamento da instituição que se adeque ao novo quadro legal que prioriza as intervenções contra a violência baseada no género.

Acrescenta ainda que as metodologias de intervenção propostas combinam as estratégias preconizadas pelo Plano de Acção de *Beijing*, para, por um lado dar continuidade as ações empreendidas e outro adotar procedimentos mais eficazes.

No essencial a transversalização da abordagem género traduziu de modo específico na integração da seguinte estratégia nos diferentes níveis de planificação e atuação ao nível macro, meso e micro.

A nível macro: **(i)** Garantir que os instrumentos definidores das políticas nacionais e a legislação refletissem os compromissos internacionais para com a igualdade de género **(ii)** Intervir para que a representatividade das mulheres e dos homens aos mais altos níveis da tomada de decisão seja equilibrada; **(iii)** Garantir que a produção estatística contemple as áreas mais importantes para a promoção da igualdade, assim como que os dados sejam divulgados desagregada por sexo e com cruzamentos de informação que permitam viabilizar as desigualdades de género.

A nível meso: **(i)** Zelar para que os compromissos assumidos no nível macro sejam materializados nas propostas de intervenção e na acção dos sectores; **(ii)** Desenvolver uma cultura institucional de género, de forma tal que garantam a igualdade no acesso e nos benefícios obtidos pelas mulheres e homens com o acesso; **(iii)** Trabalhar as relações de poder tanto na instituição como na sua área de atuação.

A nível micro: **(i)** Garantir que na materialização das políticas a igualdade se manifeste a nível das relações entre mulheres e homens nos agregados familiares ou na comunidade; **(ii)** Avaliar o impacto das políticas públicas nas famílias e nas comunidades, **(iii)** Capacitar e sensibilizar as lideranças locais e a comunidade em geral. **(iv)** Garantir que as associações comunitárias e as ONGs que intervêm no terreno tenham um enfoque nas necessidades específicas de homens e mulheres no desenho e na implementação das ações.

A transversalização da abordagem de género visa que tanto políticas, como programas e projetos que se desenvolvam, na sua conceção e implementação utilizem o enfoque que se traduza na combinação de acções específicas que satisfaçam as necessidades práticas das mulheres e acções que vão de encontro a interesses estratégicos, conduzidas a fomentar o equilíbrio social, laboral e político entre mulheres e homens.

O desenvolvimento e implementação da política social nas suas diferentes dimensões, quer ao nível dos Estados, quer a nível dos indivíduos e dos grupos, requerem um amplo recurso. Interessa-se e acompanha as políticas recorrendo sistematicamente procedendo a identificação dos elementos determinantes das privações a que os pobres estão sujeitos e no sentido de a suprimir e prevenir os seus efeitos.

Neste sentido transcrevemos aqui de acordo com o exposto por Barata (2010), a expressão Política Social refere-se ao mesmo tempo ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas para combater os Problemas Sociais da sociedade e ao estudo académico destas medidas e do seu mais amplo contexto social. São instrumentos que os Estados ou outros agentes políticos utilizam para modificar ou criar novas condições de vida que a dado momento são consideradas melhores e mais adequadas para o bem-estar social.

Os problemas sociais, por seu turno são definidos como condições respeitante à sociedade no seu todo, ou a diversos setores dela que constituem fonte de preocupação coletiva e suscetíveis a intervenções sociais.

2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENGAJAMENTO POLÍTICO A FAVOR DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO EM CABO-VERDE: POLÍTICAS, PLANOS E RELATÓRIOS

O ano de 1975 foi o ano em que se realizou a 1ª Conferência Internacional sobre as Mulheres, na Cidade do México, declarado Ano da Mulher pelas Nações Unidas. Foi também o ano em que Cabo Verde tornou-se um país independente. Nesta conferência constatou-se a necessidade de implementação de políticas para fomentar a igualdade, não só formal, mas também material e os dez anos seguintes foram declarados a Década das Nações Unidas para as Mulheres.

Década que para Cabo Verde, como país independente, foi crucial e que esteve marcada por uma forte dinâmica interna e pelo desenvolvimento de um pensamento social progressista, pautada pela apropriação do melhor do pensamento internacional em matéria de igualdade das mulheres, como o indicam alguns acontecimentos registados na história da nação.

Em 1979 o país retificou as convenções 100 e 111 da OIT que estabelecem o princípio geral da igualdade e remuneração entre homens e mulheres que realizam o mesmo tipo de trabalho e a não discriminação no emprego em função do sexo.

No ano de 1980, a 1ª Constituição da República de Cabo-Verde aprovou e promulgou a 07/10/80 o princípio da igualdade segundo o qual, todos os homens são iguais, explicitando ainda que os homens e as mulheres são iguais perante a lei.²⁴

A constituição consagrava-se assim a Igualdade como um valor absoluto, a uma igualdade sem reservas levando a compreensão de que o tratamento da lei deveria ser o mesmo para todos e todas, sem considerar o conteúdo do tratamento.

Em Dezembro de 1980, Cabo-Verde tornou no 21º país a retificar o principal instrumento internacional relativo aos direitos das mulheres, conhecido como Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ICIEG, 2007).

²⁴Constituição da República de Cabo Verde (1980) Artigo 23º: “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os planos da vida política, económica, social e cultural”

Na sequência da óptica ideológica que norteava a política no país, a Constituição da República deliberou que o Estado apoiasse as organizações de massas e as outras organizações sociais reconhecidas por lei e cria condições para o desenvolvimento de base material para as organizações (artigo 7º). Este episódio estabeleceu as bases legais e materiais que permitiu a criação a 27 de Março de 1981 da OMCV²⁵, sendo declarada esta data o dia da Mulher Cabo-verdiana.

De referir que esta ONG deu um importante contributo para a introdução da política de planeamento familiar, na definição, aplicação e seguimento das políticas para a integração da mulher no desenvolvimento e na produção de legislação que contemplasse os direitos das mulheres, como o Código de Família e a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, assim como para a diminuição do analfabetismo no seio das mulheres e para a melhoria da situação das crianças, especialmente no meio rural, onde teve um papel decisivo na criação de jardins infantis.

Em 1990 teve o início a abertura democrática em Cabo-Verde. A data ficou marcada também com o começo da participação das mulheres no poder executivo e nas tomadas de decisões.

Registara-se também a proliferação das organizações da sociedade civil, com especial enfoque no combate às desigualdades existentes nas relações de género.²⁶

O ano de 1994 constitui um marco institucional favorável à causa da igualdade das mulheres. Foi criado o Instituto da Condição Feminina (ICF), com o mandato de “promover a igualdade real e efetiva entre homens e mulheres e a integração efetiva e visível da mulher em todos os domínios da vida social, económica e política e no desenvolvimento do país.

Em 1996 foi elaborado o primeiro Plano de Acção Nacional de Promoção da Mulher (1996-2000); o Código Civil - Livro da Família, conferiu a ambos cônjuges igualdade de direitos e deveres na família, integrou a separação judicial de pessoas e bens, consagrou a união de facto, a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora do casamento.

²⁵Organização de Mulheres de Cabo-Verde, congregada por muitas mulheres que participaram activamente no processo de libertação.

²⁶Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI-1992), Associação Cabo-verdiana para a Protecção da Família (VERDEFAM-1995), Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999), Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas (AMJ, 2001), Rede de Mulheres Parlamentares (RMP-CV, 2002), Associação de Mulheres Economistas (REDEMEC-2003).

Em 1999 com a revisão constitucional e a atenção aprofundada à problemática da valorização da mulher, ficou plasmada no Artigo 7º da Constituição da República que uma das tarefas fundamentais do Estado era a remoção progressiva dos obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os fatores de discriminação da mulher na família e na sociedade, e velar pela eliminação das condições que importam a discriminação da mulher e de assegurar a proteção dos seus direitos (Artigo 87º).

Desta forma estabeleceu como limite à liberdade de expressão e informação, o dever de não fazer a apologia da discriminação da mulher (Artigo 47º); Incentivou-se a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política (Artigo 54º) e criminalizou, nos direitos da família, a violência doméstica contra a mulher (Artigo 81º).

Ainda nesse mesmo ano, o novo Código Eleitoral estabeleceu que as listas propostas às eleições deviam conter uma representação equilibrada entre ambos os sexos e que seriam premiadas por subvenção eleitoral do Estado, os partidos, coligações ou grupos de cidadãos, cujas listas façam eleger a nível nacional e municipal pelo menos 25% de candidatos do sexo feminino.

Com o início do século, a nível mundial, em Setembro de 2000, na Sessão Especial da Assembleia-geral das Nações Unidas em Nova Iorque (*Beijing + 5*), foram avaliados os resultados obtidos a nível mundial e foram atualizados os propósitos e aprofundados diferentes aspetos relacionados com os direitos das mulheres enquanto direitos humanos, sendo declarado o Objetivo 3 de Desenvolvimento do Milénio “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

2.4.1. A ABORDAGEM DE GÉNERO NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PRODUZIDO EM CABO VERDE

A transversalização da abordagem de género visa que tanto políticas, como programas e projetos que se desenvolvam, na sua conceção e implementação utilizem o enfoque que se traduza na combinação de ações específicas que satisfaçam as necessidades práticas das mulheres e ações que vão de encontro a interesses estratégicos, conduzidas a fomentar o equilíbrio social, laboral e político entre mulheres e homens. Neste sentido que se apresenta um mapeamento sobre a trajetória cronológica das políticas Sociais Cabo-verdianas na luta pela aquisição da Igualdade e Equidade de Género engajadas nas medidas de políticas públicas a elas estabelecidas.

ANO	QUADRO Nº 4 - MARCOS DA ABORDAGEM DE GÉNERO NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PRODUZIDO EM CABO VERDE ²⁷
2000	Relatório Beijing+5
2002	Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005)
2003	Relatório do Objetivo 3 do Milénio
2003	Neste ano no exercício de avaliação do Objetivo 3 do Milénio, foram colocadas questões muito pertinentes que nortearam as intervenções institucionais; em 2004 o Código Penal definiu a violência doméstica como “o acto de infligir ao cônjuge ou a pessoa com quem esteja unido em união de facto maus-tratos físicos ou psicológicos, ou tratamentos cruéis”
2004	Quadro Estratégico para a integração do Género nas Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento - Ministério da Agricultura, Ambiente e Pesca; 2004 Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (PNIEG, 2005-2009); Em Dezembro desse mesmo ano entrou em vigor o Protocolo Opcional da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. De entre outros aspetos, visava também a promoção da implementação de medidas efetivas para prevenir a violação dos direitos e liberdades das mulheres; A VBG foi considerada um crime semipúblico, punível com penas que vão de 1-4 anos de privação de liberdade. ²⁸ Consequentemente foi criada a Rede Interinstitucional de atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, ao mesmo tempo que entra em funcionamento os Gabinetes de Apoio às Vítimas VBG. Violência Doméstica;

²⁷ Fonte: Grelha sintetizadora das abordagens da Política em Cabo Verde, construída pela autora com base nos documentos desta contextualização a nível do país.

²⁸ O Código Penal reconhece (quem infligir a seu cônjuge ou a pessoa com quem está em união de facto maus-tratos físicos ou psíquicos ou tratamentos cruéis será punido com pena de prisão de 1 a 4 anos, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal).

ANO	QUADRO Nº 4 - MARCOS DA ABORDAGEM DE GÉNERO NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PRODUZIDO EM CABO VERDE²⁹ (Continuação)
2005	Relatório Beijing+ 10
2006	Relatório à Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres: relatório inicial combinado com o 2º, 3º, 4º, 5º e 6º relatório periódicos. Relatório do 2º Inquérito Demográfico sobre Saúde Reprodutiva, que integra os dados dos módulos sobre a condição das Mulheres e a Violência Domestica; Em 2006, o Instituto da Condição Feminina (ICF) passou a denominar-se Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);
2007	Plano Nacional de Luta contra a Violência Baseada no Género (PNVBG, 2008-2011).
2008	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DCRP II)
2008	Relatório do Objetivo 3 do Milénio
2009	Relatório IDISA – Género em África: Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina em Cabo Verde (Comissão Económica para África – Nações Unidas)
2010	Relatório Beijing+15
2011	Programa de Governo 2011-2016
2011	Elaborado o Programa de Acção para a Promoção de Igualdade de Género (PAPIG 2011-2013);
2011	Avaliação do PNIEG (2005-2011) e do PNVBG (2008-2011)
2011	Entrou em Vigor a Lei da Violência Baseada no Género – VBG;
2012	Programa de Implementação da Lei Especial sobre o VBG (2012-2015);
2014	Relatório Beijing + 20
2014	Elaborado o II Plano Nacional de Combate a Violência Baseada no Género – PNCVBG
2014	(2014-2018) Elaborado o III PNIEG (2014-2018) – Plano Nacional de Igualdade de Género;

²⁹ Fonte: Grelha sintetizadora das abordagens da Política em Cabo Verde, construída pela autora com base nos documentos desta contextualização a nível do país.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

Chegando à fase quase final deste nosso estudo, importa fazer aqui um balanço sobre os resultados a que fomos chegando.

Optámos, por uma questão de clareza (e antes de avançarmos nos dados sobre os resultados que nos permitem compreender em que medida é que as recomendações da NEPAD são articuladas no II PNIEG, (2005-2009) por retomar a informação sobre o programa da NEPAD (desenvolvida no II capítulo deste trabalho na pagina 35 e expostas de forma sintética no quadros nº 3), utilizando para facilitar apresentação da análise *swot* quer do Programa da NEPAD como a do PNIEG (2005-2009).

Assim, relativamente ao Programa da NEPAD notemos desde já algumas características do documento - *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa* (NEPAD, 2001).

Primeiramente no que diz respeito as condições de elaboração do programa de Desenvolvimento, (NEPAD, 2001), identificou-se um conjunto de problemas e dúvidas na estrutura do documento. Não obstante constitui uma exaustiva listagem de medidas diversas de políticas económicas e social, com grau de elaboração muito desigual de sector para sector. Para além disso importa realçar a falta de clareza na exposição e definição dos objetivos, ainda a sobreposição dos objetivos e a ausência de objetivos específicos.

De acordo com informação disponibilizada, a NEPAD evocou desde o início da conceção do documento programa, o apoio ao desenvolvimento para o Continente africano seguindo-se a vontade dos próprios africanos em criarem, através do reforço das suas próprias capacidades, condições para assegurarem a promoção da paz, da segurança, da Democracia, da “*good governance*” e da cooperação para o desenvolvimento. Por outro lado tornou-se evidente através da análise documental que relativamente as medidas propostas, no total dos 205 pontos distintos que estruturam o programa as entidades chamadas a “intervir” na sua execução foram apenas, os organismos estatais, não fazendo parte por exemplo as Organizações de Sociedade Civil.

Quadro nº 5 - Análise Swot programa NEPAD (2001)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Visão de desenvolvimento do continente africano, concebida e elaborada pelos dirigentes africanos; • Desígnio do esforço na promoção da aceleração do crescimento e do desenvolvimento; • Erradicar a pobreza extrema e generalizada; • Vontade de resolver problemas políticos no continente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a regionalização e a globalização, sem levar em conta a especificidade de cada país; • Problemas de adoção de políticas de normas e práticas que visam a estabilidade económica; • Condições desfavoráveis da estrutura de comunicação e de construção de uma visão estratégica; • Proposta centrada na governança económica; • Anseio de imediata estabilização económica;
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Incoerência da definição de algumas medidas políticas com clareza e exatidão (questões do género) • Risco do não cumprimento do acordo; • Anseio de imediata estabilização económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro para uma parceria com o resto do mundo baseado no próprio programa; • Reconhecimento de que a crise africana é o resultado de falhas políticas; • Base de transição Africana para boa governança, através de um auto comprometimento com maior eficácia institucional e maior responsabilização política;

Fonte: Elaboração própria da autora

Relativamente a integração das questões de género nas estratégias da NEPAD para a redução da pobreza, constata-se que não foi possível identificar no documento programa de desenvolvimento NEPAD (2001) recomendações expressas que visem uma operacionalização no sentido da integração das questões de género nas estratégias locais de redução da pobreza. O que a nosso ver deveriam ser assumidos como desafios carecidos de maior atenção e investimento as desigualdades entre homens e mulheres.

No entanto é no campo das preocupações com a pobreza³⁰ que vamos encontrar no âmbito das NEPAD (2001) referências específicas relacionadas com as questões de género, como se pode observar no quadro nº3 onde surgem elencados um conjunto de objetivos e ações nomeadamente “prestar atenção especial a redução da pobreza entre as mulheres” sem no entanto explicar como tais ações vão ser executados e quais as medidas concretas. Esta matéria acaba por ter assim um lugar muito periférico na documentação face ao âmbito de produção. O que destaca pouca relevância a problemática da igualdade de género.

No que se refere aos objetivos, prioridades e iniciativas propostas pela NEPAD (2001) apesar de terem sido citados ações que evidenciam a participação feminina, verifica-se globalmente uma fraca abordagem ao contributo das questões do género para o desenvolvimento das nações. Deixando transparecer a necessidade a partir de novas abordagens que evidenciam as relações de género para o desenvolvimento com uma ênfase especial com o reconhecimento do papel da mulher, o seu contributo para o desenvolvimento.

Um dos objetivos anunciados no documento da NEPAD (2001) foi o de promover o papel das mulheres em todas as atividades. Para tal, urge transformar as medidas de políticas sensíveis ao género.

Considera-se que os objetivos em causa devem ser canalizados no sentido de servir o propósito do desenvolvimento dos seus Estados-Membros, o que implica que a NEPAD deve ser uma organização em constante busca de novos caminhos, por forma a acompanhar as contínuas dinâmicas dos países e simultaneamente integrar na sua agência os aspetos diferentes contextos que variam dentro da região e de país para país.

A NEPAD pode ser considerada uma iniciativa positiva se atendermos ao facto dos seus projetos terem a potencialidade de contribuir para efetivar o processo de integração regional.

³⁰ Ver quadro nº3 na pg. 37. As questões de género associada a redução da pobreza, evidenciam ser tratadas de forma periférica dentro de uma temática (Iniciativa sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, incluindo o combate a fuga de cérebros) o que a meu ver não permite evidenciar que existe uma articulação estruturada sobre estas questões.

Agora e também no sentido de sistematizar a informação relativa à análise do Plano Nacional igualdade e equidade de género (2005-2009) trazemos aqui a Análise Swot do Plano.

Quadro nº 6 - Análise do Plano Nacional Igualdade Equidade de Género (2005-2009)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Definição de uma entidade principal responsável pela implementação e monitorização das medidas; Diagnóstico da realidade social do país; Articulação diferentes ministérios e ONG que trabalham as questões do género; Formulação de programas e projetos específicos para promover a igualdade de género; <p>Formulação de medidas por áreas estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sector económico (Pobreza/Trabalho e emprego); Sector Social (Educação, Saúde, Violência baseada no género); Setor Público (Exercício de poder e tomada de decisões; Comunicação Social). 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de recursos; Orçamento indicativo; Resistência interna (sociedade patriarcal); Vulnerabilidade (diferentes realidades a nível do país) Dispersão geográfica;
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Fraca qualidade de participação dos intervenientes; Resistência à responsabilidades das ações; 	<ul style="list-style-type: none"> Setores e áreas concretas de intervenção; Existência de mecanismos de coordenação, seguimento e avaliação do referido plano e o respectivo orçamento indicativo; Parcerias com demais intervenientes e diferentes áreas de prestação;

Fonte: Elaboração própria da autora

Desta forma, e retomando quer os nossos objetivos quer a pergunta de partida, que aqui recordamos: Em que medida o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2009) desenvolvido em Cabo Verde, teve em conta, no seu desenho, uma articulação com as recomendações da NEPAD? Face ao que ficou exposto atrás, recordando que os nossos objetivos específicos foram os de (i) identificar os principais pontos que convergem entre as recomendações da NEPAD e o II Plano Nacional Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2009), assim como (ii) compreender os principais desafios que foram postas ao desenho do Plano no sentido de integrar as recomendações da NEPAD ajustando as à realidade de Cabo Verdiana.

Considerando no primeiro âmbito, a existência da articulação ao II PNIEG de Cabo Verde, foram identificados forças relativamente a metodologia da elaboração e a estrutura do Plano Nacional Cabo-verdiano que ultrapasse os objetivos pouco precisos que conseguimos identificar no que toca a integração das questões de género no programa de desenvolvimento da (NEPAD, 2001).

Evidencia-se pois na triangulação das duas fontes, informações que permitem uma visão global no âmbito de uma operacionalização política que enquadra o lugar do género a dimensão relevante da questão no II PNIEG implementado em Cabo Verde. O II PNIEG assume uma estratégia da integração global da dimensão género que absorveu no essencial as grandes linhas operacionais do Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005), e como já foi referido amiúde as diretrizes do plano.

No quadro de afirmação das políticas de igualdade, podemos considerar que a legislação cabo-verdiana consegue ultrapassar no sentido positivo as determinações relativas à discriminação de género propostas nas determinações que a NEPAD (2001) desenvolve sobre a temática.

Na verdade a legislação cabo-verdiana tem em conta diretrizes de implementação e avaliação não considerados no programa/planos da NEPAD (2001), nomeadamente as prioridades em matérias de género e desenvolvimento. O enquadramento dos objetivos e as medidas estratégicas para a igualdade e equidade de género, resultados esperados e as respectivas medidas tomadas no sentido do alcance de uma sociedade com maior equidade. As medidas a serem implementadas foram apresentadas por setores e áreas concretas de intervenção.

Contudo o orçamento que aparece no referido plano, é um orçamento indicativo, o que permitira ao Governo procurar financiamentos internos e externos.

Uma observação deste instrumento interno, primorou a participação de medidas e o envolvimento de entidades responsáveis pela execução de medidas, a quando da construção desta ferramenta política abarcando os domínios da promoção da mulher e da igualdade de género, através da promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, almejando efetiva e visível participação da mulher em todos os domínios, a participação da vida social, económica e política, assim como no desenvolvimento do país não obstante o reconhecimento que os esforços deveram continuar com especial atenção para os domínios da participação das mulheres no exercício do poder e o domínio económico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado da necessidade e do interesse em conhecer melhor as dinâmicas político-processuais de programas que incluem intervenções orientadas a promover a igualdade e equidade de género, nomeadamente o II PNIEG (2005-2009) implementado em Cabo Verde.

No decurso deste trabalho pudemos compreender melhor que a introdução da dimensão género nas estratégias de redução da pobreza pode representar um meio e paralelamente uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento económico na medida em que promove a transparência e coordenação global nas políticas de desenvolvimento.

No que diz respeito à NEPAD, a integração da dimensão género, consideramos fundamentalmente um enquadramento numa política integrada de desenvolvimento económico e de redução da pobreza e das desigualdades sociais, que evidencia como objetivo consolidar a democracia e uma gestão económica do continente.

É certo que a questão da luta contra a pobreza, é um desafio pouco fácil no quadro da conjuntura africana e com reflexos a diferentes níveis. O continente aporta um vasto número de desafios e projetos que urgem salientar e consolidar. Contudo todas as áreas temáticas em africa apresentam-se urgentes. Torna-se essencial compreender o processo de planeamento, implementação e monitorização do plano.

Por outro lado, entendemos que muitos dos desafios têm que ser enfrentados individualmente por cada Estado Membro, porém a UA pode desempenhar também o seu papel. O continente necessita obviamente de uma política social vasta, inovadora e orientada sobretudo para o futuro. Considerando que a dimensão económica do processo social deve ser aprendida em termos de uma interação global de diferentes fatores.

Defendemos uma visão estratégica, no sentido de fortalecer o compromisso político dentro dos Estados Membros, da UA, que exponencie novas áreas de atuação e alavanca a projeção das áreas primordiais ao desenvolvimento.

Todavia o desenvolvimento não se limita porém as infraestruturas. Tem efeitos sobre as pessoas enquanto tem meios para sobreviver e quando não têm. Por outro lado, as profundas transformações que atualmente acompanham as nossas sociedades implicam com evidências a necessidade de uma complexa interação das medidas e iniciativas que constituem as medidas das políticas.

Num outro prisma, entende-se que apesar de os planos de desenvolvimento imporem uma programação nacional de política social, o certo é que, em Cabo Verde como noutros países, se tem feito sentir com intensidade crescente a necessidade de assegurar a coordenação dos esforços desenvolvidos pelos Estados e pelas demais entidades públicas no domínio do bem-estar social.

A política social africana deve ser encarada à luz das exigências que decorrem de uma programação genérica. Em Cabo verde tem-se feito sentir, com maior ou menor premência, em vários setores da vida nacional. O domínio da igualdade por sua vez constitui uma das áreas em se pode dizer que no que se refere às atualizações o impacto e a incidência é considerável alguns ganhos nomeadamente ao nível da promulgação de leis e do seu efeito no que toca ao alargamento de benefícios a camadas mais abrangentes da população, pelo que se perspectiva um rumo ganho neste domínio da vida do país e das políticas Públicas.

Por outro lado, os Planos Nacionais, nomeadamente o plano (2005-2009) como se pode ver na caracterização sumaria que efetuada para o efeito, representa o engajamento às políticas sensíveis ao género, onde foi posta em ação uma série de ações com vista à igualdade entre os géneros.

Depois de toda esta análise atrevemos-mos a considerar que mais do que a NEPAD, têm sido as NU a influenciar a agenda política cabo-verdiana com temas sobre desenvolvimento, sobre os direitos das mulheres e sobre os outros direitos sociais e económicos. Têm sido esses valores desde os anos de 1975, ou seja desde o período da independência a nortear iniciativas políticas sensíveis à promoção da igualdade entre os cidadãos e naturalmente à igualdade e equidade de género.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amâncio, Lúcia (2003). O Discurso no Género das Ciências Sociais. *Análise Social*, 38 (168), 687-714.
- Arzate, Salgado (2010). *Las desigualdades desde una perspectiva de complejidad: hacia un epistemología teórico-morformativa del conflicto social*. Revista de Paz e Conflictos. Madrid, 2 (8) p. 44-58.
- Albarelo, Luc *et al* (2005). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Portugal, Gradiva-Publicações.
- Braidotti, Rosi, *et al.* (2000). Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; *in* Fonseca, Clara e Feio, Gonçalo (trad.). Lisboa.
- Barata, Óscar, Piepoli, Sónia (2001). Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Baltazar, Maria da Saudade e R. Conceição., *coord.* (2011). Globalização e Desenvolvimento. Portugal: Caleidoscópio
- Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Caeiro, C.J. (2015). Estado Social, Política Social, Política Públicas e Política Social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela Malheiro (1998). Metodologia da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2011). Teoria da Política Social (Um olhar da Ciência Política). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- CIGEF (2011). As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectiva. Edições Uni-Cv: Praia-Cabo Verde.
- Duarte, Teresa (2009). A possibilidade da investigação a 3 reflexos sobre triangulação (metodológica) CIES e - *Working Paper*, 60, 2-24.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006). Pesquisa Qualitativa e Analise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso. Estoril: Príncípia Editora.

ICIEG (2014). Relatório Cabo Verde *Beijing* +20, sobre a Implementação da Declaração e Plataforma de Ação de *Beijing*. Praia: Cabo – Verde.

ICIEG; INE-CV (2015). Mulheres e Homens Em Cabo Verde: Factos e Números 2015. Praia, Cabo-verde.

ICIEG (2007), Cabo Verde e a *CEDAW* - Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e Documentos Conexos. ICIEG. Praia, Cabo Verde.

ICIEG (2012). Guia de suporte das Jornadas + Género: Equidade na Planificação e na Orçamentação Sectorial. Praia - Cabo Verde.

INE-CV (2015), Anuário estatístico 2015, Praia, INE-CV.

Morreira, Carlos Diogo (1994). Planeamento e Estratégias da Investigação Social, Lisboa, ISCSP.

Neves, Sofia, *coord.* (2011), Género e Ciências Sociais, Maia, Edições ISMAI.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). A verdadeira riqueza das Nações: Vias para o desenvolvimento humano-Relatório do Desenvolvimento Humano 2010, Nova Iorque: PNUD.

Pereirinha, J.A. (2008). Política Social: Fundamentos da atuação das políticas públicas. Lisboa: Universidade Aberta

Roque, Fátima M. (2007). A África, a NEPAD e o Futuro. Texto Editores, LDA - Angola

Sen, Amartya (2000). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras,

Simões LOPES, António (1984). Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria e Modelos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, Manuela (1999). A Igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma sociedade Inclusiva. Lisboa: Negócios-Artes Gráficas.

Scott, Joan (1994). *Preface a gender and Politics of history*. Cadernos Pague, nº3. Campinas/SP.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS:

- ✓ Banco Africano de Desenvolvimento, (BAD, 2016). *Cape Verde Economic Outlook* disponível em: <https://www.afdb.org/en/countries/west-africa/cape-verde/cape-verde-economic-outlook/> Acedido em Dezembro de 2016
- ✓ Brochura sobre a CEDAW- Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/> Acedido em Janeiro 2016
- ✓ Declaração da NEPAD (2001), (*New Partnership for Africa's Development*, 2001), Disponível em: <http://www.nepad.org/>
<https://www.yumpu.com/pt/document/view/25589675/portion-1fm-pulp/307> Acedido em Dezembro de 2016
- ✓ INE-CV (2007) QUIBB, Questionário Unificado de Indicadores Básicos. Disponível em: [file:///C:/Users/Elisa%20Semedo/Downloads/METODOLOGIAeRESULTADOS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Elisa%20Semedo/Downloads/METODOLOGIAeRESULTADOS%20(1).pdf) Consultado em Janeiro de 2016
- ✓ Plano Estratégico Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres CPLP (2010), Declaração de Acordo e Resolução da CPLP. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/MIC_CTI/CPLPOIT/PEIGEM_vers%C3%A3o-final-2.pdf Consultado em Julho de 2016
- ✓ Programa do Governo de Cabo Verde para a VIII Legislatura (2011-2016), Disponível em: www.Governo.cve Acedido em Fevereiro de 2016
- ✓ Relatório à Conferência RIO+20, Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1036capeverdesummary.df> consultado em Fevereiro de 2016
- ✓ Relatório da UNIFEM 2008/2009, Quem responde as mulheres? Progresso das Mulheres do Mundo 2008/2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12839511-Quem-responde-as-mulheres.html> consultado em Maio de 2016
- ✓ Relatório do Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Republica de Cabo Verde, (UNDAF, 2012-2016). Disponível em:

https://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf consultado em Janeiro de 2016

- ✓ Relatório da 13ª Sessão da Comissão para as Políticas de Desenvolvimento (21 a 25 de Março de 2011), ECOSOC, Official Records, Supplement No. 13. Disponível em:
Disponível em:
[https://www.google.pt/search?q=Cf.+Relat%C3%B3rio+da+13%C2%AA+Sess%C3%A3o+da+Comiss%C3%A3o+para+as+Pol%C3%ADticas+de+Desenvolvimento+\(21+a+25+de+Mar%C3%A7o+de+2011\)%2C+ECOSOC%2C+Official+Records%2C+Supplement+No.+13&oq=Cf.+Relat%C3%B3rio+da+13%C2%AA+Sess%C3%A3o+da+Comiss%C3%A3o+para+as+Pol%C3%ADticas+de+Desenvolvimento+\(21+a+25+de+Mar%C3%A7o+de+2011\)%2C+ECOSOC%2C+Official+Records%2C+Supplement+No.+13&aqs=chrome..69i57.5653286j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.pt/search?q=Cf.+Relat%C3%B3rio+da+13%C2%AA+Sess%C3%A3o+da+Comiss%C3%A3o+para+as+Pol%C3%ADticas+de+Desenvolvimento+(21+a+25+de+Mar%C3%A7o+de+2011)%2C+ECOSOC%2C+Official+Records%2C+Supplement+No.+13&oq=Cf.+Relat%C3%B3rio+da+13%C2%AA+Sess%C3%A3o+da+Comiss%C3%A3o+para+as+Pol%C3%ADticas+de+Desenvolvimento+(21+a+25+de+Mar%C3%A7o+de+2011)%2C+ECOSOC%2C+Official+Records%2C+Supplement+No.+13&aqs=chrome..69i57.5653286j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8)
- ✓ UNDP (2016), *support to the implement atiom of sustainable deveeloopment Goal 5*. Disponível: www.undp.org consultado em Abril 2016.
- ✓ UNFPA-The United Nations Population Fund. **State of world population 2009**. *Facing a changing world: women, population and climate*. Editorial team: UNFPA, 2009. Disponível em:
https://www.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/state_of_world_population_2009.pdf Acedido em Novembro de 2016